



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ISABEL CRISTINA RODRIGUES DA SILVA



“Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa”: um estudo sobre as formas de mobilização política – o caso de Povoação de São Lourenço - Goiana - Pernambuco

**Recife
2013**

ISABEL CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

**“MARISQUEIRA E QUILOMBOLA É TUDO A MESMA COISA”: UM ESTUDO
SOBRE AS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA – O CASO DE POVOAÇÃO DE
SÃO LOURENÇO - GOIANA - PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Sousa.

Recife

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586m Silva, Isabel Cristina Rodrigues da.
 “Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa” : um estudo sobre as
formas de mobilização política – O caso de povoação de São Lourenço –
Goiana - Pernambuco / Isabel Cristina Rodrigues da Silva. – 2013.
 115 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora : Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Sousa.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2013.
 Inclui Referências.

 1. Antropologia. 2. Quilombolas. 3. Movimentos sociais. 4. Mariscos –
Pesca. 5. Associações comunitárias. 6. Política pública. I. Sousa, Vânia
Rocha Fialho de Paiva e (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-214)

ISABEL CRISTINA RODRIGUES DA SILVA

“Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa”: um estudo sobre as formas de mobilização política – o caso de Povoação de São Lourenço - Goiana – Pernambuco.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia como requisito para obtenção do título de mestra em antropologia.

APROVADA: 28/08/2013

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Vânia Rocha Fialho de Paiva e Sousa
(Orientadora/UFPE)

Profª Drª Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
(Examinadora Interna/UFPE)

Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo Grunewald
(Examinador Externo/UFCG)

Prof. Dr. Bartolomeu Figueirôa de Medeiros
(Suplente Interno/UFPE)

Profª Drª Mônica Cox de Britto Pereira
(Suplente Externa/UFPE)

Aos moradores de Povoação de São Lourenço.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores de Povoação de São Lourenço.

À minha orientadora, Prof^a. Vânia Fialho, pelo apoio e atenção dedicados a essa pesquisa. Agradeço a todas suas contribuições.

À minha família pela compreensão e apoio. Em especial a Cláudia Rodrigues, Denis Alves e Jonnhy Cantarelli.

Aos professores, funcionários e amigos do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos amigos da Prefeitura da Cidade do Recife e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pelas experiências e pelos aprendizados adquiridos nas atividades profissionais desempenhadas nestas instituições.

Aos profissionais do governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura de Goiana, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada em Povoação de São Lourenço, comunidade localizada no município de Goiana, litoral Norte do Estado de Pernambuco, e busca analisar as formas de mobilização política e as configurações que estas assumem no contexto brasileiro atual. Tendo como uma das principais fontes de trabalho e renda: a coleta de mariscos e a pesca artesanal, a comunidade de Povoação de São Lourenço articula diferentes categorias sociais que remetem às políticas identitárias vigentes no Brasil: pescadores artesanais, quilombolas e marisqueiras. Este cenário se torna mais complexo ao terem parte de seu território também reconhecido como reserva extrativista. A partir de suas múltiplas identidades, diversas formas de mobilizações políticas foram construídas objetivando a implementação de políticas públicas em torno de uma unidade social constituída na ideia de comunidade. Nesse contexto, as associações comunitárias assumem funções representativas junto às esferas públicas; e a política é compreendida pelo seu papel estruturador na formação dos grupos e não apenas como um elemento de sua organização social.

Palavras-chave: Mobilização Política. Quilombolas. Marisqueiras. Associações Comunitárias. Políticas Identitárias.

ABSTRACT

This search was realized at São Lourenço village, a community located on Goiana municipal, Pernambuco State's North litoral, and demands to analyze some forms of politics mobilization and the effect configurations that they assume in the actual context. Having as some of the principals work source and revenue: the shellfish and non-industrial fishery, the São Lourenço village community enunciates different social categories that refer to the Brazilian's current political identities: non-industrial fishery, maroons and craftwork shellfish. This scenario becomes more complex when part of their territory has been also recognized as an extractive reserve. From then on yours multiple identities, many different forms of political mobilization were builded with the objective to implement public politics around a social unity lodged in a community idea. In this context, the community associations together with public spheres take over representative functions: and the politic is understood as its structure function in the group's formation and not only as an element of your own social organization.

Key-words: Political Mobilization. Marrons. Craftwork Shellfish. Community Association. Political Identities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com a localização da área de estudo – Município de Goiana - Pernambuco	20
Figura 2 - Fotografia da Placa de Identificação da Reserva Extrativista - Povoação de São Lourenço – Goiana/PE.....	27
Figura 3 - Fotografia do Rio Megaó - ao lado esquerdo a praia de Acaú - PB e ao direito a praia Carne de Vaca-PE.....	28
Figura 4 - Fotografia da Igreja de São Lourenço de Tejucupapo	35
Figura 5 - Fotografia das Marisqueiras voltando da Maré	35
Figura 6 - Fotografia - Moradores da comunidade carregando água	36
Figura 7 - Fotografias da Reunião das Associações com representantes governamentais do ProRural/PE, Secretaria da Mulher/PE e Prefeitura Municipal de Goiana.	38
Figura 8 - Mapa da Povoação de São Lourenço - Goiana – PE	45
Figura 9 - Fotografia da Rua da Matriz	46
Figura 10 - Fotografia do Caminho da Praia	47
Figura 11 - Fotografia das Marisqueiras e Pescadores	48
Figura 12 - Mapa- Carta das Capitâneas Hereditárias.....	50
Figura 13 - Fotografia do espetáculo "As Heroínas de Tejucupapo" em Goiana-PE.....	53
Figura 14 - Censo da População de 1872 – Paróquia de São Lourenço de Tejucupapo	56
Figura 16: Fotografia - Imagem de São Lourenço	57
Figura 17 - Fotografia da Rua principal	60
Figura 18 - Fotografia da disposição das casas "becos"	60
Figura 19 - Fotografia da Unidade da Polícia Militar	61
Figura 20 - Mapa- Unidades de Conservação	68
Figura 21 - Mapas - Reserva Extrativista Acaú -Goiana.....	74
Figura 22 - Fotografia - Empresa Atlantis.....	75
Figura 23 - Fotografia- Comissão Eleitoral.....	98
Figura 24 - Fotografia - Reunião das Associações com representantes do ProRural/PE, da Secretaria da Mulher no Centro Vocacional Tecnológico – CVT.....	98
Figura 25 - Fotografia - Chapa 1 - Pra haver mudança é preciso ter confiança	99
Figura 26 - Fotografia - Chapa 2 - Chegou a hora de mudar.....	100
Figura 27 - Fotografia - Eleição	101
Figura 28 - Fotografia - Eleição	101

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CPP - Conselho Pastoral da Pesca

CVT – Centro Vocacional Tecnológico

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

MNU- Movimento Negro Unificado

PPCQ – Projeto de Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas de Pernambuco

PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

RESEX - Reserva Extrativista

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SEPPIR - Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MUDANÇAS EM CAMPO	19
2.1 Percalços da pesquisa de campo.....	23
2.2 Procedimentos metodológicos.....	31
3. POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO: UMA COMUNIDADE E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES	42
3.1 Goiana: um breve histórico	49
3.2 Povoação de São Lourenço: a história da comunidade.....	56
4. MOBILIZANDO E RECONHECENDO IDENTIDADES	63
4.1 A Reserva Extrativista Acaú-Goiana.....	65
4.2 O processo de implantação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana	71
4.3 Por uma política para população remanescente de quilombo.....	76
4.4 O processo de reconhecimento étnico: a construção da identidade quilombola em Povoação de São Lourenço	80
5. OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES: MARISQUEIRAS/PESCADORES E QUILOMBOLAS	85
5.1 Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço	88
5.2 Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço	92
5.3 “O Projeto da água”: a “união” das Associações	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	108

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca analisar as formas de mobilização política e as configurações que estas assumem no contexto brasileiro atual, a partir do caso da comunidade Povoação de São Lourenço. Suas múltiplas identidades conduziram a construção de diversas formas de mobilização política em torno da implementação de políticas públicas, baseando-se numa unidade social constituída na ideia de comunidade.

A utilização do conceito de comunidade não está aqui relacionada a uma noção de base territorial. Segundo Meyer (1979, p. 16) seu espaço adquire sentido a partir de um sistema de relações ao articular os elementos internos e externos, estabelecem não apenas limites físicos, mas, sobretudo limites sociais que são gerados a partir do “jogo e diferenças, identificações e oposições”. O uso prático desse conceito apresenta uma questão importante, pois este é utilizado pelos diversos atores sociais envolvidos e carrega um sentido de homogeneização.

O debate sobre o reconhecimento das identidades em torno da desigualdade de oportunidades foi marcante para configurar o panorama contemporâneo das relações de poder. E com a participação dos movimentos sociais muitas questões foram trazidas à tona acerca da criação de ações governamentais que mesmo de forma lenta apontam uma tendência do governo brasileiro de se adequar às demandas internacionais. O reconhecimento de suas identidades fez emergir a reivindicação de direitos sociais e de cidadania.

As populações tradicionais passam a fazer parte da mobilização política nacional pela garantia do reconhecimento de suas diferenças. Segundo Almeida (2008, p. 32) elas estão organizadas a partir do conceito de unidades de mobilização, definida como “aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos aproximado circunstancialmente pelo poder nivelador do Estado, através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias” e “as obras de infraestrutura”, que se desdobram em ações reivindicativas contribuindo para a consolidação dos movimentos sociais e a organização política dos grupos sociais.

As comunidades tradicionais estabelecem diálogo com o Estado e suas demandas são inseridas na agenda nacional, caracterizando um “certo avanço” para a efetivação das ações de políticas identitárias. O Brasil, como país signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, passa a referenciá-la nas diretrizes de suas ações, reforçando seu papel nas definições das políticas públicas que atendem às demandas dos grupos sociais envolvidos nesse processo.

A relação com o trabalho é marcante na configuração social do grupo pesquisado, sua principal fonte produtiva é o extrativismo¹, com destaque para o trabalho das marisqueiras e pescadores. A identidade de trabalhadores da pesca é assumida em diversos espaços, com relevância para a dimensão de gênero representada pelas marisqueiras. A afirmação dessa identidade é compreendida como reflexo da luta das mulheres que se organizaram e constituíram um dos mais expressivos movimentos sociais das últimas décadas, sua flexibilidade e a diversidade de formas de ação estratégica e identitária influenciaram a dinâmica das famílias. A pesquisa revelou como ao longo da história da comunidade as mulheres ocuparam espaços políticos estando à frente das reivindicações do grupo.

Em meados dos anos 2000, um grupo de moradores foi estimulado por atores externos a pensar sobre sua origem relacionada à presença negra no município de Goiana. Para fundamentar essa relação foram utilizados como argumento a exploração da mão-de obra escrava na lavoura canavieira e a existência dos Quilombos de Catucá - quilombos oitocentista que eram referenciados por historiadores. O referido grupo formaliza o processo de autorreconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares² (FCP), sendo reconhecida como comunidade remanescente de quilombo³ no ano de 2005.

Com o reconhecimento oficial do Estado, o grupo de moradores inicia sua participação no movimento das comunidades negras rurais e quilombolas e passa a atuar junto à comunidade através da Associação Quilombola. Foram desenvolvidas algumas ações governamentais voltadas para este segmento na comunidade. É fato notório para os atores externos que desenvolveram e desenvolvem ações na comunidade o desconhecimento da maioria dos moradores da identidade quilombola.

Aos poucos o termo quilombola vem sendo incorporado ao cotidiano do grupo. A mobilização política da comunidade em torno dessas identidades torna-se elemento fundamental para sua organização política. No entanto, suas denominações “não se constituem em categoria censitária e nem existe séries estatísticas para efeitos de demonstração, pode-se

¹ O termo extrativismo é empregado “para designar toda a atividade do homem explorando recursos que a natureza fornece, sem que ele haja contribuído para criá-los. Como estes recursos podem ser do reino animal, vegetal ou mineral, podemos falar em três tipos de extrativismo: o animal, representado pela caça e pesca; o vegetal, representado pela exploração florestal e pela coleta de produtos vegetais e o mineral, representado pela exploração de minas” (ANDRADE, 1987)

² Entidade pública que está vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei nº 7668/88, suas ações estão voltadas para garantir a execução dos preceitos constitucionais, reforço à cidadania, à identidade a ação e à memória dos segmentos da sociedade brasileira, além do direito de acesso à cultura e preservação das manifestações afro-brasileira.

³ Categoria que surgiu com a promulgação da Constituição de 1988, que garantia direitos às populações remanescentes de quilombo de acordo com art. 68 da ADCT.

recorrer, sem qualquer preocupação amostral, às informações divulgadas pelo movimento quilombola e às observações empíricas resultantes do trabalho de campo” (ALMEIDA, 2008, p. 86). É a partir desses dados que os órgãos públicos trabalham com essa população.

A definição de grupos étnicos elaborada por Barth (2000) trouxe a possibilidade de pensar os grupos não apenas pela ótica dos aspectos culturais ou econômicos. Os grupos são concebidos como “um tipo organizacional”. As categorias étnicas são identificadas como veículos para organização social das diferenças. A identidade é associada à autoatribuição, a interação entre “eles” e “nós”, e é percebida como fator determinante para a análise de outros aspectos não enfocados pela abordagem que prioriza os aspectos culturais, configurando-se como um elemento importante para a “organização política dos grupos”. A identidade étnica é diferenciada de outras formas de identidade coletiva por estar orientada pelo passado, esse passado não estaria relacionado à ciência histórica, e sim a representação da memória coletiva do grupo. Ela é identificada como um fenômeno social e político. (BARTH, 2000; ERIKSEN; NIELSEN, 2007; O'DWYER, 2005; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Inicialmente, a pesquisa tinha o objetivo de compreender os impactos das políticas públicas em comunidades quilombolas. Contudo, com o decorrer da pesquisa foi identificado o desconhecimento por parte da maioria dos moradores do significado da identidade quilombola, reconhecida pelos atores externos como uma das identidades do grupo. Essa informação levou-me a refletir sobre como pensar a comunidade a partir do viés étnico identificado pelos gestores públicos do município e demais profissionais que trabalharam na comunidade e identificaram uma grande presença de população negra no Povoado de São Lourenço.

A realidade encontrada me direcionou a uma readequação do objetivo inicial, pois a identidade de marisqueira e pescadores era afirmada por um maior número de moradores. Os pescadores e pescadoras participam dos movimentos sociais da pesca artesanal e com o apoio de setores da Igreja se constituiu um grupo forte e com grande atuação na região.

As duas identidades permeiam a história local e durante anos foram evidenciados alguns conflitos entre os dois grupos. O conceito de conflito empregado aqui se alinha à perspectiva de Simmel (1983, p. 122) que o entende como capaz de produzir ou modificar grupos de interesse, uniões, organizações, assim se caracteriza como uma “forma de sociação”. Seria uma forma de resolver divergências para conquistar a unidade. Neste sentido, a unidade não seria sinônimo de homogeneização. Esse conceito se enquadra bem à realidade vivida pela comunidade.

Em muitas conversas e entrevistas ao falar sobre as duas identidades as lideranças das associações e moradores diziam que “marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa”. Essa

frase proporcionou-me a refletir sobre ser essa uma forma de buscar a unidade do grupo. O aumento da participação das marisqueiras e pescadores na Associação Quilombola é um movimento recente, pois somente a partir de 2011 essa discussão ganhou mais visibilidade na comunidade. Pensar as identidades quilombola e marisqueira como sendo a mesma coisa tem levado não somente suas lideranças, mas principalmente os gestores públicos a construir uma noção de unidade. Eles carregam em suas falas um sentido de unidade que muitas vezes pode ser compreendido justamente pelo o não reconhecimento das diferenças (TAYLOR, 2000).

A dinâmica social da comunidade e sua organização revelam um campo onde a antropologia pode ser uma excelente interlocutora. Apesar das críticas à natureza do trabalho antropológico com seus modelos clássicos de pesquisas, os pós-modernos apresentaram novos contextos onde também se pode fazer antropologia. Partindo dessa perspectiva priorizei nesta pesquisa as formas de mobilização dos grupos, e a partir delas identificar as suas principais formas de organização política e quais as redes sociais por eles acessadas.

Analisar as identidades quilombola e marisqueira sob a ótica da antropologia interpretativa desenvolvida por Geertz (1989) é uma alternativa aos modelos clássicos onde o “outro” é percebido a partir de suas representações culturais holísticas e fechadas. Ele introduz a hermenêutica procurando ver a cultura como um texto, onde os significados são elaborados pelos homens em sociedade. Neste sentido, a interpretação antropológica seria uma leitura de segunda ou terceira mão feita “por sobre os ombros do nativo”, a leitura de primeira mão caberia ao “nativo” e não ao antropólogo. O autor aponta os limites do texto etnográfico, principalmente seu caráter provisório. A particularidade de cada cultura, não pode ser apreendida em sua totalidade.

A teoria interpretativa apresenta a importância da análise a partir da particularidade para que dela possamos chegar ao geral, e partindo deste poder voltar a esse particular, caracterizando um “círculo hermenêutico” onde as relações com a história, seu contexto e redes de significados são os meios através dos quais esse processo acontece. O produto desse caminho seguido pelo antropólogo seriam os “textos” produzidos que garante a partir da descrição etnográfica a relação entre a parte e o todo, mostrando a importância das pequenas partes na construção do todo social (GEERTZ, 1989).

Geertz (1989) aponta a necessidade de se construir uma teoria a partir da hermenêutica. Partindo desse princípio é construída uma teoria de caráter interpretativo e intersubjetiva, onde a “rede de significados” ou símbolos formariam uma estrutura de significações “tecidas pelo próprio homem”. A inserção neste conceito dos processos sociais seria para o autor o fluxo da vida social. O antropólogo é um intérprete das explicações dos nativos, sendo assim não apenas

as descreve, mas as inscreve em texto (texto etnográfico). A cultura é definida como uma reunião de textos e consistiria em uma estrutura de significados que seriam socialmente estabelecidos e seria compreendida, não apenas explicada. Essa descrição deve interpretar o fluxo do discurso social, tentando fixá-lo em formas pesquisáveis.

O enfoque dado por Geertz (1989) ao papel do outro evidencia em sua teoria a participação do mesmo no processo de construção do texto etnográfico. O antropólogo não deve falar “sobre eles e sim com eles” colocando à disposição as respostas dadas pelos informantes. A relação do antropólogo com as dimensões sociais da ação social não deve se resumir em apenas olhá-la, ele deve “mergulhar no meio delas”.

A reflexão da antropologia pós-moderna compreende as culturas como texto e um dos papéis da antropologia seria o de interpretá-las. O texto etnográfico passa neste momento a ser o objeto dessa interpretação. O processo de produção dos textos antropológicos entra em cena como objetos e os antropólogos também são observados em sua prática de pesquisa. A contribuição trazida com as novas formas de se pensar o texto antropológico, com a inserção da literatura, do cinema, do teatro pensadas a partir das bases dos estudos antropológicos possibilitaram o surgimento de novas abordagens.

Essa diversificação foi importante, todavia ela veio acompanhada de críticas ferrenhas aos modelos clássicos de pesquisa antropológica. A diluição das fronteiras apresentou-se como outro fator determinante para o alargamento dos limites do trabalho antropológico. O afastamento dos modelos explicativos configura-se como uma das principais críticas às teorias pós-modernas. Alguns indagam se podemos pensá-la como uma teoria. A crítica pós-moderna concentrou suas discussões no fazer etnográfico, sem realizar uma reflexão das teorias antropológicas. Ao voltar seu olhar sobre a prática discursiva etnográfica, os conceitos ou leis utilizadas pela antropologia foram deixados de lado.

Apesar dessa atmosfera de mudanças e embates às teorias clássicas, muitas pesquisas continuaram sendo realizadas enfocando a importância da tradição antropológica. A crítica ao trabalho etnográfico clássico apresenta-se como um problema para os defensores de um pós-modernismo extremo. As pesquisas realizadas a partir da década de 1980 mostram como o trabalho antropológico continuou sendo realizado, tendo a etnografia como um dos seus principais alicerces. Podemos percebê-la cada vez mais presente nas pesquisas, adequando-se ao novo modelo de se entender os sujeitos e, principalmente, fazendo uso da interdisciplinaridade, com isso diversificando os textos antropológicos.

Os dados etnográficos devem ser compreendidos como uma espécie de refinamentos que contribui para a ampliação de perspectivas anteriores. O antropólogo ao pesquisar as redes

sociais dos grupos tradicionais e sua inserção na esfera pública contribui para a ampliação de um referencial teórico ainda em construção. A condição de “observador sujeito” coloca em foco a participação do antropólogo, não apenas como um teórico ou técnico, mas como alguém que pode participar diretamente do processo vivenciado pelo grupo.

Acompanhar as intervenções governamentais implementadas na comunidade se mostrou uma experiência única. Pois, ao mergulhar nessa realidade, levei junto também uma série de experiências pessoais e profissionais que enriqueceram o diálogo com os interlocutores da pesquisa. Situei-me, assim, nesse lugar de “observador sujeito”, colocando em xeque a bagagem que trazia comigo adquiridas nas atividades de socióloga da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Recife e de antropóloga do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que foram fundamentais para compreender as identidades que ficavam em evidência e seu processo de mobilização política.

Durante o curso de mestrado ingressei no quadro técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em fevereiro 2012, no cargo de Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário – na função de Antropóloga para trabalhar na equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da Superintendência Regional de Pernambuco - SR-03. Este setor tem por atribuição implementar a política de regularização fundiária das comunidades remanescente de quilombo, esta política é reconhecida como uma das principais lutas do movimento quilombola.

Em minha primeira incursão ao campo esclareci que estava ali para realizar uma pesquisa acadêmica de mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco junto à comunidade que visava analisar as políticas públicas acessadas pela Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço. Essa separação fez-se importante para evidenciar que estava ali para compreender a organização política do grupo e suas formas de mobilização.

Mas, por muitas vezes, o assunto da regularização fundiária surgiu nas conversas e entrevistas. Perguntas eram feitas para saber como era o processo, e aos poucos eu ia explicando os procedimentos para a regularização de um território quilombola. O trabalho exercido com as comunidades quilombolas no tocante à questão fundiária contribuiu de forma significativa para compreender as diversas realidades sociais que estas comunidades estão inseridas.

A intersecção dessas múltiplas identidades permite aos grupos acionar diversas políticas públicas através do recorte identitário. A comunidade de Povoação de São Lourenço vivencia uma realidade onde essas identidades (étnica, gênero, trabalho) se sobrepõem nas ações do Estado que reestrutura as relações sociais do grupo. É nesse universo que eu mergulhei para

compreender quais as formas de mobilização política do grupo em torno das políticas identitárias. Cabe destacar que essa realidade do grupo também contribuiu para o meu papel de antropóloga do INCRA, pois me mostrou uma realidade a ser considerada e que nem sempre é contemplada pela política fundiária.

Atualmente são executadas na comunidade políticas de desenvolvimento sustentável para comunidades quilombolas desenvolvidas pelo governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – ProRural que desenvolve o Projeto de Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas, e as políticas ambientais com a implantação da reserva extrativista Acaú-Goiana implementada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio ligado ao Ministério de Meio Ambiente. Essas duas ações contribuíram para o fortalecimento das representações locais. Outras ações foram desenvolvidas por outras secretarias dos governos federal, estadual e municipal, mas me detive nas duas ações mencionadas acima.

Durante a pesquisa participei das reuniões onde foram discutidas a implementação de um sistema de abastecimento de água para atender parte da população do Povoado. Nas entrevistas realizadas foram mencionadas expressões que denotaram a importância dessa ação junto à comunidade: “o projeto da água mexeu com a comunidade” e “agora São Lourenço pode mudar, nunca tinha visto político fora do tempo de eleição” (presidente da Associação Quilombola, 2013). Os projetos implementados pelas organizações governamentais e não governamentais contribuíram para compreender a aproximação das Associações: Quilombola e das Marisqueiras e Pescadores.

O aumento gradativo da participação de marisqueiras e pescadores na Associação Quilombola, e de quilombolas na Associação das Marisqueiras e Pescadores é considerado pelos grupos um momento único: “a gente tem que se unir” (presidente da Associação Quilombola, 2013). A pequena participação da comunidade na Associação Quilombola era evidenciada como um grande problema a ser enfrentado. Dois movimentos sociais fundamentaram o processo de mobilização política: o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e o Movimento Quilombola.

A dissertação está dividida em quatro capítulos: o primeiro versa sobre a escolha do tema, o campo e suas mudanças enfocando os problemas vivenciados durante o desenvolvimento da pesquisa. A mudança de campo dificultou bastante o processo de pesquisa. Apesar dessa adversidade ter sido contornada, o curto tempo para elaboração da pesquisa transformou-se em um grande desafio. O segundo capítulo apresenta um breve histórico sobre

o município de Goiana e sua relação com a história de Povoação de São Lourenço. O terceiro apresenta a discussão sobre a importância do Movimento Ambientalista e o processo de implantação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana; do Movimento Quilombola e o processo de reconhecimento étnico analisando os reflexos para a organização política da comunidade. E por fim, o quarto capítulo aborda o processo de formação das Associações Quilombola e das Marisqueiras e Pescadores e o projeto de abastecimento de água implementado pelo governo do Estado de Pernambuco. Como a comunidade faz parte de uma unidade de conservação é necessária a autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade⁴ para realizar pesquisa científica com a população extrativista.

⁴ É de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade a administração da Reserva Extrativista Acaú -Goiana. Sua implantação está de acordo com os termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que providenciará o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista.

2. MUDANÇAS EM CAMPO

A proposta inicial desta dissertação consistia em pesquisar as comunidades remanescentes de quilombo⁵ e sua relação com as políticas públicas⁶, visto que as mesmas constituem atualmente um campo de debate relevante onde estão inter-relacionados os campos político e étnico.

Inicialmente, a pesquisa foi realizada na comunidade quilombola de Onze Negras, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral Sul do Estado de Pernambuco. Durante o primeiro ano do curso de mestrado foram realizadas as pesquisas: documental, histórica e bibliográfica. Quando iniciei a pesquisa etnográfica surgiram problemas que impossibilitaram a continuidade do trabalho nesta comunidade devido ao envolvimento da liderança da Associação Quilombola na campanha eleitoral para o cargo de vereadora. O tempo empreendido na busca por outra comunidade tornou-se para mim um problema a ser enfrentado ao longo da pesquisa em Povoação de São Lourenço.

Povoação de São Lourenço está situada no município de Goiana, litoral Norte do Estado de Pernambuco. Tem como principais fontes de trabalho e renda: a coleta de marisco (*anomalocardia brasiliensis*), atividade realizada predominantemente por mulheres; e a pesca artesanal. A comunidade compõe a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, formada pelo estuário dos rios Megão e Goiana que faz divisa com o Estado da Paraíba, conforme Decreto s/n de 26 de setembro de 2007, e reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo, conforme Portaria nº 26, de 06 de junho de 2005. A localidade também está inserida na Área de Preservação Ambiental de Santa Cruz, criada pelo Decreto Estadual nº 32.488, de 17 de outubro de 2008.

O mapa abaixo apresenta o município de Goiana em Pernambuco com a localização de Povoação de São Lourenço e demais áreas que compõem a Resex Acaú-Goiana.

⁵Categoria política que contempla “os grupos étnicos-raciais segundo o critério de autoatribuição com presunção de ancestralidade negra. Definição de grupos étnicos presente no Decreto 4887/2003 que regulamenta os procedimentos de reconhecimento, identificação, delimitação, desintrusão e titulação de áreas ocupadas por remanescentes de quilombo. Essa definição foi baseada na Convenção 169 da OIT de Povos e Populações Tradicionais. As comunidades quilombolas estariam enquadradas também nessa categoria.

⁶A política pública é aqui pensada como “o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos divergentes – tomam decisões, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política em comum” (RODRIGUES, 2010, p.13).

A etnicidade por si só não dará conta da dinâmica social dos grupos, tornando necessária uma interlocução com outras teorias que contribuam para a reflexão de sua realidade social. É evidente a contribuição dessa teoria para a construção de um quadro conceitual, contudo cada realidade pesquisada reserva ao pesquisador diversas possibilidades que o conduz a interpretações das dimensões vividas pelos moradores das comunidades autorreconhecidas como remanescentes de quilombo, assim como a complexidade de suas estruturas e dinâmicas sociais.

Assim, ao analisar esse quadro conceitual refleti sobre os diferentes contextos de uso e ocupação territorial, uma vez que esses estudos, geralmente, apontam para a existência de uma relação entre etnicidade e território, podendo nos conduzir a interpretações que reificam a categoria quilombola. Considerar outras dimensões, não apenas a étnica, nos ajudam a compreender a complexidade dos contextos que estas comunidades estão inseridas.

A instituição de uma identidade étnica quilombola⁷ reconhecida pelo Estado como sujeitos de “direitos étnicos” é um processo recente e marcado por muitas contradições. Com a implementação da política territorial, diversos caminhos foram e são percorridos pelas comunidades remanescentes de quilombo. A participação das mesmas em esferas governamentais e não governamentais se tornou cada vez mais recorrente e teve como principal desdobramento à consolidação dos direitos étnicos garantidos pela Constituição de 1988⁸. A identidade étnica é entendida como uma das diversas estratégias utilizadas pelos grupos frente ao Estado na busca em garantir a efetivação dos direitos sociais, culturais, econômicos e políticos (ARRUTI, 2006).

Essa perspectiva conduziu minha atenção para pensar a comunidade em estudo sob a ótica de sua organização política, levando em consideração o aspecto da mudança, da diversidade e de sua organização social. O tempo e o espaço onde as políticas públicas foram construídas e os diferentes contornos que assumiram ao longo desse processo, configuram-se elementos importantes para compreender as formações atuais dos grupos que fazem parte de Povoação de São Lourenço. Neste sentido, a ênfase dada por Leach (1996) aos processos de mudanças aponta a relevância em analisar:

⁷O termo quilombola e remanescente de quilombo serão aqui utilizados por constituir uma categoria jurídica, surgida com a Constituição de 1988.

⁸Denominada como a Constituição Cidadã, garantiu uma série de direitos aos grupos étnicos indígenas e quilombolas, não apenas relacionados ao território. Com isso, o Governo criou dentro de sua estrutura administrativa órgãos e secretarias que passaram a trabalhar como estas comunidades e as inseriu dentro de políticas universais como saúde, educação e assistencial social, guardadas as suas especificidades.

a situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estrutura num ambiente fixo, mas num ambiente em constante mudança. Toda sociedade real é um processo no tempo. As mudanças que resultam desse processo podem ser discutidas sob dois ângulos. (...) Não há mudanças na estrutura formal (...) existe mudanças que de fato refletem modificações na estrutura formal (LEACH, 1996, p. 69).

Com o avanço da legislação brasileira a identidade étnica é associada a uma série de outros direitos, e por muitas vezes são inseridos no discurso como benefícios a serem adquiridos pela comunidade de Povoação de São Lourenço. Neste contexto, o discurso da ancestralidade negra é utilizado para justificar a identidade étnica como remanescente de quilombo e os direitos garantidos pela legislação nacional e internacional.

O reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais assegurou a criação de dispositivos legais com base no texto da Constituição Federal de 1988 e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a exemplo do Decreto 6040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, além da legislação que trata dos direitos dos remanescentes de quilombo regulamentada pelo Decreto 4887/2003 e o Estatuto da Igualdade Racial. Esse assunto será retomado no terceiro capítulo.

Apesar de ser reconhecida e participar do Movimento da Pesca Artesanal e está inserida nas políticas para populações tradicionais pesqueiras, a comunidade não possuía uma organização política legalmente constituída que representasse os pescadores e pescadoras. Com a criação da Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço, a comunidade passa a ter uma organização política que os representa nas ações governamentais relacionadas às questões ambientais, principalmente, o uso e manejo do estuário do rios Goiana e Megaó.

Até meados de 2012 era pequena a participação de marisqueiras e pescadores na Associação Quilombola. Com a implementação do Projeto de Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas (PPCQ) é incentivada a entrada das marisqueiras e pescadores na Associação Quilombola. A “Associação das Marisqueiras”, assim chamada pelo grupo, foi inserida no contexto deste projeto.

Pra reunir gente lá tem que chamar as presidentes das Associações. Eu tentei reunir os moradores para informar que os quilombolas têm direitos que eles nem sabem. Falei que eles precisavam se organizar. Direitos comuns todo mundo tem. E vocês tem que se conscientizar disso e brigar pelos direitos quilombolas (Assessora Técnica do ProRural, março de 2013).

No caso de Povoação de São Lourenço as Associações são fortalecidas por laços de parentesco, vizinhança, trabalho e religião. A comunidade apresenta um contexto onde múltiplas identidades são identificadas na sua organização social, e se consolidam com a ação política do grupo e a atuação de mediadores externos, sendo fundamentadas pelas categorias através das quais a comunidade é reconhecida juridicamente. Destacam-se as populações extrativistas (os pescadores e as pescadoras) e a população remanescentes de quilombo. Segundo os relatos, esta última estaria ligada a “origem negra” e contemplaria todos os moradores que se autorreconheçam como remanescente de quilombo. Apesar de separá-las aqui no texto, a relação entre essas identidades é fluída e não pode ser vista de forma excludente.

Dessa forma, as teorias antropológicas, especificamente, as teorias relacionadas ao estudo da política, é pensada a partir da relação de poder, formas de organizações políticas dos grupos e suas relações com as instituições, que são imprescindíveis para a compreensão desses grupos como “comunidades políticas” que segundo Weber (2009, p. 155) existe “quando a comunidade não é apenas uma comunidade econômica, isto é, possuem ordens que regulamenta outras coisas além da disposição diretamente econômica sobre bens e serviços”.

O esforço empreendido para a conclusão da pesquisa em tempo hábil, mesclado a dificuldade em iniciar uma inserção a um novo campo com outra dinâmica social prejudicou de certa forma o trabalho. Mas, por outro lado, sabemos que isso faz do trabalho antropológico uma grande experiência que nos renova a cada pesquisa realizada. O tempo foi um desafio a ser enfrentado para conciliar o “trabalho de campo” em curso com suas especificidades e o “escrever”, uma das etapas mais densas do processo de pesquisa. Essa situação ímpar e suas implicações serão abordadas no próximo tópico (OLIVEIRA, 1998).

2.1 Percalços da pesquisa de campo

Em março de 2012 realizei as primeiras incursões ao campo. A comunidade remanescente de quilombo Onze Negras, está localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral Sul do Estado de Pernambuco, e compõe a Região Metropolitana do Recife. Esta comunidade possui uma população com aproximadamente 800 famílias, que são beneficiadas por diversos programas sociais. Onze Negras foi escolhida por atender ao recorte inicial da pesquisa⁹. Sua formação territorial está ligada a compra de uma área na década de

⁹ Ao consultar os dados oficiais da Secretaria Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, da Fundação Cultural Palmares -FCP- entre outros, foram identificados três grupos de comunidades: o primeiro é constituído pelas comunidades certificadas pela FCP com processo de regularização aberto no INCRA; o segundo é formado pelas comunidades certificadas

1960 com dinheiro da indenização paga pelo Estado, devido a construção de uma rodovia na área antes ocupada pelas famílias que compõem a comunidade. A regularização fundiária não é uma demanda requerida pelo grupo, suas ações concentram-se na implementação de outras políticas sociais (desenvolvimento social e sustentável, educação, saúde, dentre outras). O estudo nessa comunidade poderia contribuir para compreender a ação política do grupo e suas formas de mobilizações em torno da implementação de políticas públicas.

O trabalho começou a ser desenvolvido em Onze Negras em março de 2011 com a pesquisa bibliográfica e documental. Antes de iniciar os trabalhos de campo realizei algumas visitas, mas não consegui falar diretamente com a liderança da comunidade. Depois de algumas ligações telefônicas e muita insistência consegui falar com a mesma sobre o propósito da pesquisa.

Após as primeiras visitas e contatos com a liderança desta comunidade, surgiram as primeiras dificuldades para a realização do trabalho de campo em virtude da candidatura da presidente da Associação Quilombola ao cargo de vereadora no pleito municipal de 2012. A liderança apresentou como motivo o fato de não poder acompanhar-me durante o trabalho de campo. O trabalho inicial de pesquisa, a identificação de interlocutores e visitas aos órgãos públicos que desenvolvem ações nesta comunidade, demandou um tempo que não pode ser considerado como perdido, mas que agravou o processo para concluir a dissertação no período estipulado pelo Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Antropologia.

Diante da impossibilidade para a realização da pesquisa, solicitei da presidente da Associação Quilombola a indicação de outra comunidade que atendesse o perfil utilizado para a escolha de Onze Negras. A liderança me indicou a comunidade Povoação de São Lourenço, localizada no município de Goiana. A comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, mas ainda não tem processo de regularização fundiária aberto no INCRA. As duas lideranças integram a Comissão Permanente de Mulheres Rurais, coordenada pelo governo do Estado de Pernambuco, representando as comunidades quilombolas.

Na primeira visita à Povoação de São Lourenço muitas questões levantadas por mim na pesquisa preliminar foram aos poucos sendo desconstruídas. A primeira conversa sobre o Povoado aconteceu ao pedir informação no terminal rodoviário sobre como chegar ao local. Um morador do Povoado que estava no aguardo do ônibus me indagou sobre o motivo da minha

pela FCP que não requerem a regularização de suas terras; e o último é composto pelas comunidades que se reconhecem como quilombolas, mas não estão certificadas pela FCP. Nesta pesquisa optei por trabalhar com as comunidades enquadradas no segundo grupo. Esta escolha foi motivada por constatar que a maioria dos estudos está centrado nas comunidades que buscam a regularização de seus territórios.

visita à comunidade. Fomos conversando durante a viagem de ônibus da linha Goiana – Ponta de Pedras que atende a localidade. Informei que pretendia realizar uma pesquisa sobre as políticas públicas para comunidades quilombolas. Ele disse conhecer a presidente da Associação Quilombola e que sua esposa era presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, e que agora estava envolvida também “com essa questão quilombola”. Na chegada ao Povoado ele me apresentou as duas lideranças.

Em agosto de 2012, iniciei os primeiros contatos e conversas onde observei nas narrativas dos moradores a insatisfação com a atuação do Estado. Uma moradora descreveu essa situação fazendo um pequeno diagnóstico da situação das ações do Estado na comunidade.

Nossa escola é precária, o posto de saúde não tem qualidade: falta medicamento, tem apenas um médico, como é um PSF ele atende em casa e no posto. As drogas estão chegando por aqui. Povoação de São Lourenço parece que foi esquecida, nem identificado nas placas nós somos. O gestor precisa nos olhar como povos diferentes que somos (Moradora, agosto de 2012).

Muitos problemas foram apontados, e quando eu me apresentava e falava sobre a pesquisa para os moradores as afirmativas acerca do abandono por parte do setor público, representado pelos governos municipal, estadual e federal se multiplicavam. Uma queixa recorrente está ligada ao fato do nome da comunidade não ser identificada nas placas oficiais de identificação da área litorânea do município, este fato é associado pelos moradores ao “esquecimento da comunidade”, que é reforçada pela ausência de serviços públicos e má qualidade dos serviços oferecidos. A responsabilidade por esse abandono também foi associada à falta de união da comunidade, vista por alguns interlocutores como um dos principais problemas enfrentados pela comunidade.

Com o decorrer da pesquisa, percebi que não se tratava de um grupo em que a identidade étnica quilombola era compartilhada por todos e que diversas identidades eram acionadas em seus discursos: o trabalho, o gênero e a religião. Apesar dessa diversidade e das mobilizações políticas do Povoado serem também caracterizadas pela assunção das categorias de marisqueiras e pescadores, grupos considerados pela legislação brasileira como comunidades tradicionais, as pesquisas realizadas na comunidade enfatizaram, principalmente, a questão quilombola (JÚNIOR, 2006; SILVA, 2008).

A partir da chegada de novas ações do governo do Estado de Pernambuco, a participação da comunidade no Conselho Deliberativo da Resex (assim chamada pelos moradores), as ações do movimento de pescadoras e pescadores artesanais - espaços onde a identidade quilombola é compreendida em seu significado jurídico e político - foram responsáveis pela ampliação dessa

discussão na comunidade. O debate a respeito dos direitos étnicos intensificou-se, assim muitos moradores que não se identificavam como quilombolas foram estimulados a refletir sobre a importância da história do grupo e sua relação com a identidade quilombola, bem como sobre as políticas públicas que podem ser acessadas por essas comunidades.

A pesquisa de campo foi realizada no período de campanha eleitoral para a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores do município de Goiana; e o que anteriormente se apresentou como um impedimento para a realização da pesquisa em Onze Negras, surge em Povoação de São Lourenço como um momento importante que me auxiliou na identificação dos grupos sociais que constituem a comunidade e suas escolhas políticas. As atividades de campanha eleitoral, o apoio das Associações, as escolhas dos moradores pelos candidatos foram fatos que contribuíram para compreender como as principais organizações políticas da comunidade atuam na relação com os políticos em busca de votos para assumir a estrutura burocrática municipal, e no caso de Goiana, contará com a instalação do polo industrial, com destaque para a instalação da indústria automobilística da FIAT. Esse crescimento industrial é visto por muitos como uma possibilidade de crescimento econômico e mudanças sociais, principalmente, nas questões relativas à ampliação da oferta de postos de trabalho na região.

Nesse contexto, os elementos identitários da comunidade são evidenciados e suas especificidades étnica e de comunidade tradicional pesqueira traz à tona a importância em se discutir juntos aos moradores questões relativas aos direitos territoriais. O território é pensado a partir da ótica de Gohn (2010) que o compreende como uma categoria ressignificada, se distanciando da concepção da geografia tradicional que o confundia com seu espaço físico passando:

a articular à questão dos direitos e disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia;” (...) é fruto de um conjunto de condições, predominando o tipo de relações sociais e produtivas que são desenvolvidas onde ele se localiza. Classe, raça, etnia, recursos e infraestrutura passam a ser indicadores para a análise de um território e seus conflitos (GOHN, 2010, p. 29)

A discussão acerca do território é intensificada com a consolidação das ações do Estado. Em Povoação de São Lourenço a questão do território surge em três situações específicas que exemplificam o que foi exposto pela autora: a primeira é relatada pela presidente da Associação Quilombola que informou que houve uma reunião com a equipe técnica do INCRA no ano de 2007, na qual foram esclarecidos os procedimentos sobre o processo de regularização do território quilombola, e como a legislação vigente garante o pleito territorial aos remanescentes de quilombo. Na ocasião, os moradores que participaram da reunião avaliaram que o pleito territorial não seria possível de ser levado adiante. Os participantes ao serem informados,

decidiram por não abrir o processo de regularização de seu território naquele momento. Como se tratou de uma reunião informativa, não houve registro no livro de Ata da Associação.

A segunda situação ocorreu quando a área utilizada pelas marisqueiras e pescadores é decretada como parte da Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana¹⁰, como citado anteriormente, é composta pelo estuário dos rios Goiana e Megaó, localizada entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco. Ao longo do estuário em Pernambuco foram identificadas as comunidades que desenvolvem atividades de pesca: Baldo do Rio, Tejucupapo, Povoação de São Lourenço e Carne de Vaca.

Figura 2 - Fotografia da Placa de Identificação da Reserva Extrativista - Povoação de São Lourenço – Goiana/PE



Fonte: Autora, 2012.

A mobilização social para a criação da Resex teve um papel importante para o fortalecimento das organizações internas. A questão ambiental passou a ser incorporada ao cotidiano da comunidade e o uso do estuário passou a ser regido pela legislação ambiental das unidades de conservação. O fato da comunidade de Povoação de São Lourenço ser reconhecida

¹⁰ Decreto Federal S/Nº de 26 de Setembro de 2007 que instituiu a Reserva Extrativista Acaú - Goiana com área de aproximadamente 670 ha, está situada entre o Estado da Paraíba, contemplando o distrito de Acaú, no município de Pitimbu, município Caaporã e o Estado Pernambuco contemplando o município de Goiana no litoral Norte.

como comunidade remanescente de quilombo garantiu as duas Associações o direito de representar a comunidade nos espaços de decisão da Resex.

O terceiro momento vem com a intensificação da Campanha Nacional para regularização do território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, promovida pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais. Essa campanha visa garantir a criação de um projeto de Lei de Iniciativa Popular tendo em vista a regulamentação do uso dessas áreas pelas populações tradicionais.

Figura 3 - Fotografia do Rio Megaó - ao lado esquerdo a praia de Acaú - PB e ao direito a praia Carne de Vaca-PE



Fonte: Autora, 2012.

Nesse contexto, a territorialidade funciona conforme nos aponta Almeida (2008, p. 29) como “fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias” e os “laços de solidariedade e ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante, as disposições sucessórias porventura existentes”.

Para auxiliar a compreensão sobre as formas e apropriação dos recursos, o conceito de “processo de territorialização” contribui para a compreensão de sua dinamicidade e do seu

“processo de reorganização social”. Esses conceitos são uteis para compreender as mudanças ocorridas na comunidade e como estas afetaram o “funcionamento das suas instituições sociais e o significado de suas manifestações culturais” (OLIVEIRA FILHO 1999, p. 22).

Dessa forma, a identidade étnica não é reconhecida plenamente por todo o grupo, mas vem se constituindo como um elemento relevante que agregou mais uma especificidade ampliando e fortalecendo a comunidade frente às políticas públicas. A identidade assume o sentido atribuído por Hall (2006) em que é compreendida como cultural e política, sendo construída através do processo de transformação do outro. A questão étnica é incorporada às demais identidades que compõem o sujeito.

Na perspectiva do conceito de identidade desenvolvido por Bauman (2005) em que todas as coisas são líquidas e fluídas, não haveria uma identidade em si, para ele apenas um horizonte, uma direção que nos movimentaria em direção a alguma coisa indeterminada. A saída não seria buscar explicações para os fenômenos, e sim o olhar sobre os processos. Essa análise contribui para compreender a situação encontrada em Povoação de São Lourenço e como suas múltiplas identidades podem nos conduzir a interpretações que nos ajudem a compreender a dinâmica social dos grupos envolvidos.

O processo de mobilização social em torno da atividade pesqueira apresenta-se como marco importante para a história da comunidade e demais povoados do litoral de Goiana. Ao longo das décadas de 1990 e 2000 o movimento das marisqueiras e pescadores além de outras entidades da sociedade civil estiveram à frente do processo de criação da RESEX, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, órgão ambiental responsável à época. Estes grupos passaram a acionar junto à esfera pública a aplicação da legislação ambiental que trata dos povos e populações tradicionais para garantir o acesso aos recursos naturais e as redes de solidariedade, conforme afirma Almeida (2008):

recursos naturais para o exercício de atividade produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face ao antagonismo e em situações de extrema adversidade e de conflito que reforma politicamente as redes de solidariedade (ALMEIDA, 2008, p.30)

A forte presença das mulheres na constituição da comunidade e sua identificação com o mundo da pesca foi percebida nos espaços políticos acessados. As duas Associações que representam as marisqueiras e pescadores e quilombolas são dirigidas por mulheres. Outra situação que confirma essa participação foram as reuniões realizadas pelo governo do Estado para implementação do projeto de ampliação de abastecimento de água, onde verificou-se uma

grande participação das mulheres. Essa atuação é caracterizada pelo seu caráter combativo e flexível, conforme assinala Krischke (1998):

As mulheres organizadas são, portanto, um dos setores mais combativos e de maiores êxitos dos “novos” movimentos justamente por sua flexibilidade e diversidade de formas de ação estratégica e identitária. É devido a uma tal capacidade de intervenção que os movimentos de gênero lograram também construir formas de influência cultural e intercâmbio recíproco com atores significativo da comunidade latino-americano (KRISCHKE, 1998, p.192).

As questões teóricas relativas à dimensão de gênero não foram aprofundadas neste trabalho. Pois o estudo desenvolvido, aqui, focalizou a pesquisa etnográfica das mobilizações políticas dos grupos e as formas que elas assumem, neste caso, as associações comunitárias.

A coleta de marisco, tradicionalmente vista como um trabalho de mulheres ganhou espaço no cenário político, e as marisqueiras passaram a se constituir como “símbolos da região”. Cabe destacar que Goiana conta com outros Povoados que também sobrevivem da pesca dentre os quais estão: Tejucupapo, conhecido pela a batalha das “heroínas de Tejucupapo”, ocorrida no século XVI durante a invasão holandesa em Pernambuco, Carne de Vaca e Pontas de Pedras. A relação das pescadoras e dos pescadores com o estuário do Rio Goiana se configurou como um fator determinante para a organização política da comunidade. O trabalho e a utilização dos recursos ambientais da região são importantes meios de mobilização das comunidades locais.

Esse contexto é enriquecedor, pois apresenta uma série de situações onde à identidade étnica quilombola, até então, por mim entendida como o principal meio de organização política dos grupos, é associada a outras identidades, criando assim um ambiente repleto de significações o qual busco analisar a partir das ferramentas teóricas e metodológicas que nos oferece a antropologia.

A pesquisa ganhou novos contornos e foram inseridos novos elementos ultrapassando a questão étnica. A questão territorial não era considerada por mim uma questão central, mas com a implementação da política ambiental, a reserva extrativista é inserida na organização social do grupo.

As identidades quilombolas, marisqueiras, pescadoras e pescadores são compreendidas em seu sentido relacional e de forma intersectada. Neste sentido, utilizo o termo quilombola em separado, por este ser citado como categoria que engloba os demais moradores que não trabalham com a pesca e exercem outras atividades profissionais. A comunidade se diferencia das demais por ser oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo. A organização política da comunidade é caracterizada pela dimensão étnica e do trabalho.

2.2 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa estão centrados na pesquisa etnográfica. Esta se constitui um meio eficaz para compreensão das interfaces da relação entre a comunidade de Povoação de São Lourenço e o Estado. Com a mudança de comunidade a pesquisa ganhou um novo contorno, o foco não era apenas uma comunidade quilombola, e sim uma comunidade onde a identidade negra/quilombola é mais uma das diversas identidades assumidas pelo grupo ao longo de sua história.

A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro de 2012 e abril de 2013. Neste período, acompanhei uma grande mudança na comunidade em relação à identidade étnica provocada por algumas ações do governo do Estado de Pernambuco, em particular, pelas ações desenvolvidas pelo Projeto de Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas (PPCQ), executado pelo ProRural, e ações do governo federal com a efetivação das demais ações relativas à implantação da Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana, executadas diretamente pelo ICMBio, órgão do Ministério do Meio Ambiente.

A pesquisa focou-se na busca de dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas com as lideranças da Associação das Marisqueiras e Pescadores, da Associação Quilombola e moradores da comunidade. Além de profissionais de instituições federais, estaduais e municipais que desenvolvem ou desenvolveram ações na comunidade. Acompanhei as reuniões e visitas técnicas realizadas pelos os profissionais do ProRural para a implementação do projeto de ampliação de abastecimento de água.

As atividades cotidianas foram observadas para perceber como os demais membros da comunidade participam das ações organizadas pelos agentes públicos. Compreender a história de Povoação de São Lourenço e sua inserção na luta política é um aspecto importante para a construção dessa abordagem.

A princípio tinha planejado realizar uma etnografia em seu sentido clássico na busca de compreender as formas de organização política da comunidade a partir de seu cotidiano e analisar a implementação e os impactos das políticas públicas para a população quilombola. No caso de Povoação de São Lourenço, uma comunidade onde poucas pessoas se reconheciam como quilombolas não foi algo fácil, pois desejava compreender como as políticas públicas foram implementadas e como estas contribuíram ou não para a sua organização política.

Com o decorrer da pesquisa, o objetivo precisou ser reavaliado e reformulado devido às questões identificadas durante o trabalho de campo, a exemplo das organizações sociais e política que representam as marisqueiras e pescadores. Com isso, a readequação da pesquisa

visou contemplar o estudo das principais formas de mobilização dos grupos frente às ações do Estado.

Dessa forma, optei por analisar suas formas de organização política e os espaços de decisão da comunidade. Baseada na abordagem antropológica busquei privilegiar as técnicas de pesquisa qualitativa com a realização do trabalho de campo, enfatizando a observação participante que possibilitou o contato direto com os grupos.

A partir da pesquisa etnográfica busquei compreender:

1. A organização política dos grupos e suas formas de organização em torno das políticas públicas.
2. O caminho percorrido pela Associação das Marisqueiras e Pescadores e pela Associação Quilombola para a implementação de ações do poder público visando a melhoria de condições de vida da comunidade, assim como os espaços institucionais ocupados por elas.
3. A atuação das esferas governamentais em sua dimensão político-administrativa e campos de atuação.

Estas dimensões foram fundamentais para a compreensão do papel do Estado como principal fomentador das ações desenvolvidas na comunidade, assim como o caráter articulador das organizações não governamentais na constituição da identidade dos grupos.

Na primeira etapa do trabalho de campo, realizei as primeiras entrevistas com as presidentes das Associações para identificar quais são as políticas públicas por eles acessadas no tocante às políticas identitárias. O primeiro contato com as lideranças da comunidade foi gratificante e o interesse pela pesquisa se revelou na seguinte frase “essa pesquisa vai ser boa pra os políticos de Goiana ver a situação que passa o povo de São Lourenço”. Nesta ocasião, conheci três “moradores antigos”, esta foi a categoria utilizada pelos informantes para identificar as pessoas mais velhas que são reconhecidos como “conhecedores” da história do lugar. Nessas conversas não fiz gravação em áudio, pois era o primeiro contato e quis conversar de forma espontânea para estabelecer uma relação mais próxima com os interlocutores, no sentido atribuído por Oliveira (2006, p. 23) como “uma nova modalidade de relacionamento pode- e deve- ter lugar” na pesquisa.

Assim, busquei construir esse diálogo e em muitas situações as conversas informais tornaram-se recursos utilizados durante a pesquisa para que a comunidade pudesse me conhecer. Ao responder as perguntas sobre quem era minha família, o que eu fazia e,

principalmente, por qual motivo escolhi Povoação de São Lourenço, fui aos poucos sendo conhecida na comunidade.

As entrevistas e as conversas informais foram meios eficazes através dos quais consegui colocar em evidência a história do entrevistado contada por ele mesmo. Essa história é lembrada tanto nas narrativas dos mais velhos como dos mais novos que utilizam em seus discursos as afirmações: “sou de filha de pescador”, “sou filha e neta de marisqueira”, “sou quilombola, minha mãe foi a primeira professora daqui do povoado e eu segui os passos dela” que reforçam as identidades presentes na comunidade.

Após as primeiras visitas, com o consentimento das presidentes das Associações para realizar o trabalho de campo comecei a visitar a comunidade semanalmente para realizar as entrevistas e observar seu cotidiano. Como a distância de Recife era pequena optei por não permanecer na comunidade integralmente. Neste período, o município estava no auge da disputa eleitoral para prefeito e vereadores, as caminhadas pelas ruas do povoado, as campanhas diárias feitas por moradores contratados e o apoio a diferentes grupos políticos por parte das duas Associações gerou um clima de disputa. Minha presença nesse período foi avaliada pela presidente da Associação Quilombola como problemática, pois poderia ser utilizada de alguma forma pelos políticos “era melhor que você esperasse passar as eleições, aqui vai tá mais calmo”.

Enquanto passava o “tempo da política” busquei informações nas instituições onde a disputa eleitoral não estivesse interferindo de forma direta no funcionamento dos serviços, durante esse período visitei as instituições estaduais e federais que desenvolviam ações na comunidade (PALMEIRA, 1996).

Na comunidade identifiquei os órgãos dos setores governamentais que desenvolvem ou desenvolveram as ações na comunidade: Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC de Comunidades Quilombolas de Pernambuco), ICMBio (os encontros com a equipe aconteceram na comunidade), ProRural (entrevistas com gestores e técnicos, acompanhamento de visitas técnicas, participação nas reuniões com a comunidade), Prefeitura de Goiana (visitas às secretarias de Meio Ambiente, Ação Social, Educação, Saúde e Planejamento) e à Faculdade de Formação de Professores de Goiana.

As pesquisas realizadas em documentos oficiais das esferas governamentais referentes às políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais foram fundamentais para compreender as diretrizes e os resultados das ações governamentais. Neste sentido, também foram analisados os sites oficiais da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial -

SEPPIR, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário e INCRA, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura, assim como os sites das Secretarias de Reforma e Desenvolvimento Agrário, Saúde e Desenvolvimento Social do governo do Estado de Pernambuco.

A consulta aos sites também foi utilizada para conhecer a estrutura e programas executados pelas secretarias municipais, o mesmo procedimento foi realizado nos sites das ONG's que atuam na comunidade. A campanha eleitoral dificultou a realização das entrevistas programadas com as secretarias municipais de Políticas Sociais e Planejamento Urbano, pois a disputa eleitoral estava muito acirrada e com grandes possibilidades de mudança na gestão do município. Nessas visitas consegui contatos dos responsáveis pelos serviços, que agendaram novas datas alegando que o momento não “era dos melhores pra pesquisa”.

As visitas às secretarias municipais foram retomadas no mês de janeiro, após a posse do novo governo, mas também sem grande sucesso. Se antes o problema apresentado foi o período eleitoral; agora o problema residia na situação precária em que se encontravam os órgãos municipais. As informações disponíveis eram mínimas e fui orientada a tentar ver essas informações na própria comunidade.

A visita ao IPHAN tinha o propósito de buscar informações sobre o Inventário de Referências Culturais das Comunidades Quilombolas de Pernambuco¹¹. A conversa com a funcionária da instituição foi esclarecedora, pois apesar do Inventário não ter sido concluído por questões orçamentárias, ela falou com bastante entusiasmo sobre a história da comunidade e sobre o patrimônio material e imaterial identificados durante a pesquisa. A Igreja, o santo e sua festa com a Procissão do Carrego da Lenha foram referidos como manifestações culturais importantes para a história de Povoação de São Lourenço.

¹¹ Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – Identificação dos bens culturais: saberes e modos de fazer da comunidade; 2) Celebrações, festas e folguedos; 3) Linguagens musicais, iconográficas e performáticas; 4) Espaços em que se produzem as práticas culturais.

Figura 4 - Fotografia da Igreja de São Lourenço de Tejucupapo



Fonte: Autora, 2012

O “ofício” das marisqueiras é apontado por ela como “um verdadeiro ritual quando as marisqueiras saem em grupo e vão até a maré com seus cânticos para pegar os barcos voltando no início da tarde”, esta atividade é evidenciada como um marco identitário da comunidade. A atividade da coleta do marisco, caranguejo e siri foram citados para exemplificar a importância da preservação da “maré” para a geração de renda dos que dela dependem. A moqueca de marisco, o marisco de forno e o marisco na palha são citados pelas marisqueiras como “pratos típicos” da culinária local.

Figura 5 - Fotografia das Marisqueiras voltando da Maré



Fonte: Autora, 2012

Nas visitas realizadas à comunidade durante o trabalho de campo, os moradores por muitas vezes mencionaram o “ProRural” e o “Projeto da Água”, essa ação foi apontada pelos moradores como uma alternativa para resolver o problema da falta de água na comunidade, que foi agravado pelo fechamento do chafariz que abastecia a comunidade. Segundos as informações, isso teria acontecido após o resultado das eleições municipais. O problema se agravou e as marisqueiras e pescadores entraram com uma representação junto à Promotoria de Justiça de Goiana para que esta atuasse na resolução desse problema.

Assim, diante da importância dada a ação do ProRural, fiz contato telefônico e marquei entrevista com a profissional responsável pelo acompanhamento dos assessores técnicos que atuam junto às comunidades quilombolas. Na conversa foi exposto o pouco tempo que ela estava na função e que estava aos poucos conhecendo as realidades das comunidades.

Figura 6 - Fotografia - Moradores da comunidade carregando água



Fonte: <http://cppnenordeste.blogspot.com.br> –acessado em outubro de 2012

O “Projeto da Água” era destinado para a comunidade quilombola, mas foi identificada a baixa participação dos quilombolas nas atividades realizadas em Povoação de São Lourenço. A Associação Quilombola era formada pela diretoria e algumas pessoas próximas à família da

presidente. A assessora técnica identificou que a Associação das Marisqueiras e Pescadores poderia ser integrada ao Projeto. As marisqueiras foram chamadas para uma reunião junto com a Associação Quilombola, a partir dessa articulação os técnicos do programa vislumbraram uma possibilidade para que as ações do projeto fossem efetivadas na comunidade. Essa parceria teve a contribuição da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco.

Essa articulação com a Associação de Marisqueiras e Pescadores foi identificada pela assessora técnica do ProRural como um passo decisivo para a inserção dessas profissionais na Associação Quilombola. As marisqueiras começaram a estimular os sócios a se “cadastrar” na Associação Quilombola, e nas reuniões que a equipe técnica realizava na comunidade essa dupla identidade era reforçada como uma força a mais da comunidade para acessar os direitos destinados aos povos tradicionais. As marisqueiras começaram a ter acesso às informações sobre o que significava politicamente a categoria quilombola. Segundo a presidente da Associação Quilombola ela sempre falava sobre essa questão “mas ninguém nunca me deu ouvido não, teve que vim gente do governo para eles acreditarem em mim”.

Essas ações repercutiram de forma decisiva para a compreensão dos moradores sobre o que significava politicamente “identificar-se” como comunidade remanescente de quilombo e, sobretudo, no conhecimento da existência de programas sociais específicos para este segmento social. A identidade da comunidade que já era relacionada à pesca, principalmente com a atuação das marisqueiras, ganha novos contornos com a aproximação das duas Associações que representam a comunidade.

Essa diversidade de identidades também é marcada por conflitos entre os grupos, de acordo com o relato da presidente da Associação de Marisqueiras e Pescadores “a comunidade aqui é desunida, não é só Associação Quilombola não, na marisqueira também tem problemas”. Durante a pesquisa de campo acompanhei as reuniões realizadas pela equipe técnica do ProRural, estes momentos foram marcados pela tentativa de unir as duas Associações para implementação do “Projeto da Água”, e estimulá-las a refletir sobre a “força da união” das duas organizações. Foram realizadas cinco reuniões para discutir e buscar alternativas para solucionar os problemas relativos à regularização da Associação Quilombola e a aprovação de seu estatuto, e mais duas reuniões que trataram da necessidade de uma nova eleição para a Diretoria.

Nas reuniões as pessoas se apresentavam e diziam de qual associação participava; “sou da quilombola”, “sou da marisqueira e quilombola”, e em cada reunião o número de marisqueiras aumentava. Na primeira reunião, estiveram presentes vinte mulheres e quatro homens moradores da comunidade, uma pescadora do município de Itapissuma, dois

representantes da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, uma representante do Conselho Pastoral da Pesca, duas representantes da Secretaria da Mulher do governo do Estado de Pernambuco e a assessora técnica do ProRural. Nessa ocasião foi exposta a situação jurídica da Associação Quilombola que encontrava-se com o estatuto desatualizado e a prestação de contas pendente.

Figura 7 - Fotografias da Reunião das Associações com representantes governamentais do ProRural/PE, Secretaria da Mulher/PE e Prefeitura Municipal de Goiana.



Fonte: Autora 2012

Outro evento importante que acompanhei foi o Encontro Estadual de Intercâmbio das Comunidades Quilombolas de Pernambuco promovido pelo ProRural. O evento aconteceu no período de 03 a 04 de dezembro de 2012 no município de Glória de Goitá, localizado na Mata Norte, e reuniu representantes de 104 comunidades remanescentes de quilombos do Estado, além de representantes de órgãos estaduais, federais e ONG's. O objetivo desse evento era o "de aprofundar a discussão e o conhecimento das políticas públicas para as comunidades quilombolas". Além de avaliar as ações desenvolvidas pelo governo do Estado nas

comunidades através do Projeto de Protagonismo das Comunidade Quilombolas de Pernambuco promovido pelo ProRural. A importância desse evento residiu na possibilidade de conhecer membros de 104 comunidades onde o programa é desenvolvido. Neste evento a comunidade Povoação de São Lourenço não teve representação, pois sua liderança estava com problemas de ordem pessoal que impossibilitou a sua participação.

Nesse encontro também foi aprovado o Decreto Estadual nº 38.960 de 17/12/2012 que institui a política estadual de regularização fundiária e desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas em Pernambuco. Esta atividade foi exclusiva para os quilombolas, não sendo permitida a participação de outros órgãos.

Nesse evento, participei representando o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA em Pernambuco. Em determinados momentos minha posição como antropóloga do INCRA proporcionou o acesso a agenda de demandas do movimento quilombola. Ao longo da pesquisa essa posição se mostrou importante, pois além da pesquisa, o trabalho do INCRA me aproximou ainda mais do campo de estudo.

Acompanhar essa atividade foi um momento importante para o desenrolar da pesquisa. Ao ouvir as argumentações das comunidades que consideram o pleito territorial como o principal fundamento para a autoidentificação como quilombola e das comunidades que apesar de reconhecer essa importância ainda não recorreram ao direito territorial garantido pela legislação vigente, ajudou-me a entender essa diferença de reivindicações e sua relevância para compreender a diversidade de interesses na formação desses grupos.

Assim, com ênfase na visão dos grupos e dos demais atores sociais envolvidos a pesquisa foi construída levando em conta, sobretudo, a relação política da comunidade e seus mecanismos de organização que tem na atividade pesqueira um de seus principais mecanismos de aglutinação, constituindo-se como a principal rede de organização da comunidade.

Ao longo da pesquisa foram identificadas nas entrevistas muitas falas de atores externos que identificavam a comunidade dentro da categoria remanescente de quilombo e reforçavam o discurso da negação da identidade negra pela maioria dos moradores de Povoação de São Lourenço. Essa interpretação foi aos poucos desconstruída, pois de acordo com as narrativas muitos moradores desconheciam o termo quilombola e seus significados político, histórico e cultural.

A dinâmica da comunidade e suas relações internas e externas se apresentaram como elementos importantes para compreender como uma “comunidade tradicional” ao longo de sua história incorpora à identidade quilombola. Com a implementação de grandes empresas na

região, a comunidade tem tido atenção específica nos estudos de impactos ambientais por ser a única do município reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo.

Nesse sentido, ao analisar esse processo social apenas através do arcabouço teórico da etnicidade que tem na autoatribuição seu elemento básico, apresenta-se uma limitação teórica em detrimento da complexidade encontrada na comunidade. Apesar do processo de reconhecimento étnico da comunidade estar sendo vivenciado nos últimos 10 anos, não houve a adesão da maioria dos moradores. Esse fato é relevante para compreender o processo de mobilização dessa categoria étnica, que no momento atual em que vive a comunidade ela ressurgiu como um elemento que pode ajudar a delinear outros caminhos para a investigação antropológica.

A população de Povoação de São Lourenço não pode ser vista a partir da ótica da unidade, muito menos ser considerada homogênea, sua história local e regional tem interferência direta nas relações políticas estabelecidas pelos grupos. A existência de grupos diversos e suas formas de organização foram fundamentais para a realização de uma pesquisa etnográfica que refletisse sobre as especificidades encontradas.

Para os autores pós-moderno as diversas vozes dos sujeitos envolvidos no processo dialógico não podem ser deixadas de lado, assim como os aspectos sociais, políticos e de dominação precisam ser evidenciados através das vozes dos interlocutores, conforme aponta Clifford (2002):

Um modelo discursivo de prática etnográfica traz para o centro da cena a intersubjetividade de toda fala, juntamente com seu conteúdo performático imediato (...) As palavras da escrita etnográfica, portanto, não podem ser pensadas como monológicas, como a legítima declaração sobre, ou interpretação de uma realidade abstrata, textualizada. A linguagem da etnografia é atravessada de outras subjetividades e nuances contextuais específicas, pois toda linguagem, na visão de Bakhtin, é uma concreta concepção heteróglota do mundo (CLIFFORD, 2002, p. 43 e 44).

Apesar de ter finalizado o campo em abril de 2013, continuei participando das reuniões realizadas pelo ProRural e pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco. Essas reuniões tiveram como objetivo unificar as duas Associações em torno do principal problema da comunidade: o abastecimento de água. Com a união das duas Associações a comunidade pode receber um volume maior de recursos para a execução do projeto escolhido pela comunidade. Esse fato também gerou uma grande mudança, pois boa parte dos 420 associados da Associação das Marisqueiras e Pescadores se associaram à Associação Quilombola. Desde que iniciei a pesquisa esse número aumentou significativamente e atualmente a Associação Quilombola conta a participação de 480 associados.

Outro fato importante foi a eleição para diretoria da Associação Quilombola, pois se esperava que fosse montada uma chapa única, mas um grupo de pessoas decidiu formar outra chapa para disputar a eleição. Segundo Palmeira (apud KUSCHNIR, p. 32 e 33) as pesquisas etnográficas são úteis para refletir as práticas políticas da sociedade brasileira e não devem ser vistas apenas do ponto de vista individual, nesta relação deve ser percebido o ato de aderir às facções sociais.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram guiados pelas discussões realizadas na antropologia em torno do método e têm como teóricos de referência: Geertz (1989, 2002), Clifford (1998), Cardoso de Oliveira (1998) e outros. O método, desta forma, deve ser compreendido como um produto de transformações históricas e culturais.

3. POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO: UMA COMUNIDADE E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

O foco inicial da pesquisa estava direcionado para compreender como a comunidade Povoação de São Lourenço articulava o reconhecimento de sua identidade quilombola e as políticas públicas voltadas para este segmento. Com o início da pesquisa de campo outras dimensões de identidades como gênero, trabalho e religião surgiram aos meus olhos como elementos relevantes para a organização política da comunidade.

A antropologia, nos anos de 1970, viveu uma fase de reflexão crítica. Conceitos clássicos e os principais pressupostos da ciência antropológica foram questionados. A cultura, principal conceito questionado, sofreu uma ampliação em seu sentido e foi substituída por definições que não focavam um sujeito unificado. A diversidade traz um foco de análise importante para se pensar a identidade como uma construção social, em meio a um processo que não se completa e assume diversas características importantes para a construção de outras identidades que podem ser assumidas pelo sujeito ao longo de sua história. A identidade passa a incorporar outras identidades como: gênero, sexualidade, classe, etnia, raça que balizam a construção do novo conceito. Com essa nova orientação a heterogeneidade, a polifonia de vozes, as relações de poder e a subjetividade são características a serem identificadas nos processos sociais (CLIFFORD, 2002 e HALL, 2003, 2006).

Nesta pesquisa a cultura é considerada a partir de sua utilização nos estudos do campesinato¹² brasileiro. Woortmann (1990) a considera como:

universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade, constituindo assim um “sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com outros, como que formando rede de significado. Essas categorias nucleantes agregam conjunto de significações, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade (WOORTMAN, 1990, p.23).

Povoação de São Lourenço carrega em si um contexto repleto de elementos que me instigaram a refletir sobre essas diversas vozes que identifiquei na comunidade e o processo de reconhecimento de sua identidade quilombola, assim como a relevância das demais identidades para a formação heterogênea do grupo. A compreensão de um sujeito possuidor de identidades, no plural, e que interfere nos processos culturais está presente na realidade observada. Durante a pesquisa na comunidade, percebi a importância de observá-la pela ótica da diversidade e

¹²Para aprofundar essa questão consultar: MARTINS, 1981, GARCIA JÚNIOR, 1983, BRANDÃO, 1981, HERDEDIA, 1979, MEYER, 1979, WOORTMANN, 1983, VELHO, 1972.

complexidade na busca de evitar o enquadramento em conceitos generalizantes (HALL, 2003; ORTNER, 2006).

A diversidade dos grupos (indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos entre outros) traz em si uma heterogeneidade interna que nos conduz a não enquadrá-los dentro de uma mesma classificação. Como afirma Little (2002) esta deve ser valorizada nas interpretações sobre as populações tradicionais:

uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros ditos tradicionais - além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias - são tão grandes que parece inviável tratá-los dentro de uma mesma categoria (LITTLE, 2002, p.2).

Com o reconhecimento da identidade quilombola associada à identidade de pescadores e marisqueiras, a comunidade é incorporada à definição de povos tradicionais. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estes são definidos como grupos “culturalmente diferenciados e que se reconhece como tais” e identificam os territórios indígenas e quilombolas como tradicionais de acordo com o que está disposto no Artigo 231 da Constituição de 1988 e no Artigo 68 do ADCT e demais regulamentações que tratam do assunto.

A comunidade de Povoação de São Lourenço é caracterizada pela pesca artesanal e pelo extrativismo marinho. Com o processo de reconhecimento étnico ganha visibilidade na esfera municipal, estadual e federal acrescentando ao contexto local as questões relativas à incorporação da identidade étnica.

A história do município é utilizada como argumento para a identificação da comunidade como remanescente de quilombo pelos agentes externos que estimularam a comunidade a “trazer de volta sua história” para justificar o seu reconhecimento perante o Estado. O caso de São Lourenço apresenta a importância da perspectiva histórica para compreender a formação social da comunidade (OLIVEIRA, 1999, 2004, SAHLINS, 2006, ARRUTI, 2006).

Povoação de São Lourenço faz parte do distrito de Tejucupapo, um dos três distritos que compõe o município de Goiana¹³, os outros dois são: Goiana (Sede) e Ponta de Pedras. A extensão territorial do município tem área total de 501,881km². Está situado no litoral Norte do Estado e integra a Região de Desenvolvimento da Mata Norte, na Mesorregião da Mata Pernambucana, Microrregião Mata Setentrional do Estado de Pernambuco. Faz limite ao Norte

¹³Goyanna vem da palavra em Tupi-Guarani "Guyanna", que significa "terra de muitas águas". O topônimo do município é registrado, pela primeira vez em 1592, nos catálogos da Companhia de Jesus com o nome da aldeia de "Gueena". Em 1606 é registrado com a grafia "Goyana" e, finalmente Goiana. Outros significados são encontrados: gente estimada, mistura e parente e, porto ou ancoradouro. (JORDÃO, 1978)

com o Estado da Paraíba, ao Sul com os municípios de Itamaracá, Itapissuma, Igarassu e Itaquitinga, ao Leste com o Oceano Atlântico e ao Oeste com os municípios de Condado, Itambé e Itaquitinga.

O acesso à Povoação de São Lourenço, saindo de Recife, pode ser feito pela BR-101 Norte ou pela rodovia estadual PE-15 até chegar a PE-49, principal via de acesso às praias do município de Goiana. A comunidade é atendida pela linha de transporte público Recife - Ponta de Pedras, que sai diariamente do centro da capital com um maior número de viagens nos finais de semana.

O terminal de ônibus funciona de forma precária na Avenida Dantas Barreto, na área central de Recife, o local é utilizado como “rodoviária” e atende os municípios do litoral Norte e Sul e, ainda, os municípios da zona da Mata Norte e Sul. As condições do local são precárias, não dispõem de banheiros públicos e abrigos para atender a população. O comércio informal é praticado por moradores da região e os espaços onde se comercializam os produtos são utilizados também como abrigo.

No percurso para chegar ao Povoado de São Lourenço, ao longo da PE- 49 encontramos outros povoados à beira da estrada compostos por: casas, bares, escolas e muitas chácaras. O verde da cana predomina em meio aos poucos resquícios de mata atlântica, coqueiros e pequenas áreas onde são cultivados milho, feijão e muitas árvores frutíferas complementam a paisagem. Pequenos pontos de vendas, construídos com madeira e palha de coqueiro são utilizados para comercializar caranguejos, siris e frutas. Nos finais de semana esse comércio é mais intenso.

No distrito de Tejucupapo o ônibus percorre as principais ruas, seguindo para o Povoado de São Lourenço, onde percorre a rua principal até o “caminho da praia” e segue para a praia de Carne de Vaca até chegar ao distrito de Ponta de Pedras e retornar para o Recife.

O mapa a seguir foi elaborado utilizando o recurso do programa Google Earth com base nas informações coletadas em campo e identifica os limites das áreas ocupadas pela população local, assim como as principais edificações: Igreja de São Lourenço de Tejucupapo, Ruínas do Posto de Saúde, Centro Vocacional Tecnológico – CVT das Marisqueiras e quase na saída seguindo o caminho da praia de Carne de Vaca, encontra-se as ruínas da construção de um Hotel Escola.

Figura 8 - Mapa da Povoação de São Lourenço - Goiana – PE



Fonte: Autora, 2013

Povoação de São Lourenço está localizada em um região plana de terra com declives nos caminhos que levam até as margens do Rio Megaó. De acordo com o mapa percebe-se que entre a maré e área construída encontra-se diversas áreas utilizadas para a plantação de cana-de-açúcar e alguns poucos resquícios de Mata Atlântica.

Na rua principal que corta o Povoado está localizada a Igreja de São Lourenço de Tejucupapo, símbolo da comunidade que estava sendo restaurada no período em que realizei a pesquisa de campo pelo Governo de Pernambuco, através da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. Também estão localizadas as igrejas evangélicas e a casa onde funciona um “terreiro” de culto afro-brasileiro, além da escola, praça, pequenos estabelecimentos comerciais (bares, mercearias) e casas de moradores mais antigos. Uma parte da rua principal é chamada de Rua da Matriz, e seu complemento é conhecido como “Caminho da Praia”, local citado em várias narrativas por ser moradia de um grande número de pescadores e marisqueiras.

Figura 9 - Fotografia da Rua da Matriz



Fonte: Autora, 2013

Na entrada principal de Povoação de São Lourenço está localizado o lugar chamado de Altinho. Nas narrativas foi mencionada a relação de conflito entre os moradores do Altinho e os do Caminho da Praia. O Altinho é caracterizado por ter uma melhor condição social, pois tem acesso aos serviços de abastecimento de água. O Caminho da Praia foi referido pelos moradores mais antigos como o local onde mora a população que sofre com a falta de água e a maioria das marisqueiras e pescadores.

Eu andava aqui desde de menino, eu morava na Cana-Brava, e vinha pra cá, minha mulher é que é nascida e criada aqui. Tinha o caminho da praia, eu vinha pra cá menino e já tinha. O pessoal de lá era bem pretinho, assim como aquela ali, a avó dela já morava aqui, era bem pretinha. Aqui só tinha umas trezentas, tinha casa de taipa com palha de coqueiro (Morador, setembro de 2012).

A comunidade utiliza os caminhos de barro, perpendiculares a rua principal, para ir à maré onde fica o porto com os barcos que transportam as pescadoras e pescadores. Os dois principais caminhos são: o do lado da Igreja Católica e o próximo ao Centro Vocacional Tecnológico - CVT.

Figura 10 - Fotografia do Caminho da Praia



Fonte: Autora, 2013

A atividade laboral das Marisqueiras e Pescadores contribuiu para a formação da identidade social relacionada à pesca, sendo reconhecidas como trabalhadoras da pesca. Esta categoria engloba, segundo definição do I Encontro Nacional de Trabalhadores de Pesca e Aquicultura: as marisqueiras, filereiras, catadoras, escarnadeiras e curtideiras. Das comunidades que compõem a área litorânea de Goiana, apenas Povoação de São Lourenço incorporou o elemento étnico em sua identidade.

A atividade da coleta do marisco é exercida durante quase todos os dias da semana, com uma jornada de trabalho que pode chegar até oito horas a depender das condições ambientais. O marisco é extraído durante as marés baixas, as mulheres se dirigem até os bancos de areias, local conhecido pelos moradores como “croas”, em pequenos barcos chamados de “caico”. A coleta é realizada quase sempre em grupo, e tem continuidade com o beneficiamento e a comercialização. Apesar da visão de alguns gestores públicos que considera a comunidade como a principal depredadora do estuário, esta vem ao longo de décadas realizando um manejo caracterizado por suas práticas artesanais que contribuiu para a preservação do meio ambiente.

Figura 11 - Fotografia das Marisqueiras e Pescadores



Fonte: Autora, 2013

Em meados de setembro de 2011, as marisqueiras e pescadores fundaram uma Associação para representar legalmente os profissionais que trabalham com a pesca artesanal na própria comunidade. Anteriormente, essa representação era exercida apenas pela Colônia de Pescadores de Tecujupapo. Segundo relatos das marisqueiras essa ação foi necessária, pois contribuirá para que os programas destinados às populações tradicionais pesqueiras possam ser acionados pela própria Associação que representa as marisqueiras e pescadores de Povoação de São Lourenço.

A maré representa a principal alternativa de renda face ao problema do desemprego identificado nas entrevistas. A presidente da Associação das Marisqueiras vivencia essa situação, pois tanto ela quanto seu marido encontram-se desempregados. Apesar das atividades realizadas por ela na Associação, ela disse precisar ir para a maré, pois esta é a única fonte de renda familiar, avaliada por ela como insuficiente para manter a sua família:

as pessoas pensam que pescador ganha dinheiro, alguns ganham, mas entra na minha casa e ver se consegue encontrar um real, minha casa tem azulejo, cerâmica, mas a gente não come azulejo, eu preciso ir para maré (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, dezembro de 2012).

A história da comunidade aparece também como elemento importante para compreendermos sua formação que está intimamente ligada ao princípio da colonização do Nordeste brasileiro. Ao longo de cinco séculos se transformou no Povoado que cresceu em

terras que foram doadas por um grande proprietário de terras à Igreja e, posteriormente, vendida para um morador local. O Povoado de São Lourenço atualmente é formado por 668 famílias, com uma população aproximada de 2800 habitantes¹⁴; e tem se mobilizado em torno das políticas sociais e ambientais elaboradas pelas esferas públicas. A visibilidade que a comunidade vem ganhando nos últimos anos continua contribuindo para a formação histórica do município de Goiana.

A população total do município segundo dados do IBGE do Censo de 2010 é de 75.644 habitantes, destes 58.025 é considerada população urbana, e 17.619 é identificada como população rural. Os dados referentes ao item raça/cor na zona rural registram 3.850 que se declaram brancos, 1.588 pretos, 168 amarelos, 12.003 pardos e 10 indígenas. Esses dados apontam grande percentual de população negra formada por pretos e pardos, segundo critérios do IBGE.

3.1 Goiana: um breve histórico

Goiana pertencia à Capitania de Itamaracá que foi doada em 1534 a Pero Lopes de Souza. Itamaracá dispunha de condições portuárias com capacidade para atracar grandes navios e compreendia a área que se estendia do canal de Santa Cruz até a Baía da Traição. A região também possuía ancoradouros naturais para pequenas embarcações em Pitimbu (Acaú) e Catuama. Seu povoamento se deu com a construção de engenhos, capelas, igrejas, conventos e escolas para atender a civilização patriarcal que se desenvolveu a partir do cultivo da cana-de-açúcar. Não podendo assumir a administração, Pero Lopes transferiu a responsabilidade para Francisco Braga que a levou ao declínio. (JORDÃO, 1978, PRADO JÚNIOR, 1997).

Ao ser repassada para João Gonçalves em 1545 foram feitas algumas benfeitorias como a construção da Vila da Conceição e engenhos. Com sua morte, surgiram muitos problemas, principalmente, com o contrabando de madeiras exploradas nas matas próximas ao litoral, ocasionando mais uma vez o fracasso da Capitania. Em 1763, seu último proprietário José Goés e Moraes a vendeu ao rei de Portugal D. João V que anexou partes de suas terras à Capitania de Pernambuco (JORDÃO FILHO, 1978).

O mapa a seguir apresenta a Carta das Capitanias Hereditárias:

¹⁴Dados obtidos na Unidade de Saúde da Família (equipamento social responsável pela atenção básica de saúde), no Programa ProRural e com as representantes das Associações.

Figura 12 - Mapa- Carta das Capitanias Hereditárias



Fonte: Acervo Digital Biblioteca Nacional

A Capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho em 1534 e era conhecida por Nova Lusitânia. Por ser responsável pela maior parte da produção de açúcar (chamado ouro branco), transformou-se no principal produtor da Colônia. Goiana atingiu um elevado nível econômico e abrigava navios de porte médio em seu porto, como os da Companhia de Pernambuco. Recebia a produção dos 94 engenhos e em seus porões traziam gêneros de subsistência e outros artigos que eram comprados pelos proprietários dos engenhos de: Itapirema, os Dourados, de Megaó de Baixo, os Albuquerque Maranhão, de Mussumbu, os Rego Barros, de Bonito e Engenho Novo, os Pinheiros, de Itapessoca entre outros (JORDÃO FILHO, 1978).

Goiana teve seu desenvolvimento atrelado ao cultivo da cana-de-açúcar. A existência de vários engenhos e usinas consolidou as zonas da Mata Pernambucana Norte e Sul como grandes produtoras. Todavia, é importante ressaltar que a zona da Mata Norte teve um crescimento menor que o da Mata Sul. Segundo Andrade (1973) essa diferença se deve ao fato:

de clima entre o Sul e Norte do Estado, na zona da Mata, tem sensível influência sobre a topografia, a vegetação natural, a hidrografia, a ocupação do solo e a evolução econômica e social. Assim, no Norte, a menor quantidade de chuvas permitiu “chãs” as quais se alternam com morros, colinas e vales fluviais, ao contrário do que se observa no Sul domine a floresta perenifolia ou a mata úmida[...] são mais volumosos e tem regime mais regular que os do Norte [...] e na ocupação do solo, pois, favorecida pelo clima, a agricultura canavieira teve, desde o século XVI, mais rápido desenvolvimento no Sul do que no Norte do Estado (ANDRADE, 1973 p.25 e 26)

A existência dos engenhos e usinas em Goiana aponta para a presença da mão-de-obra escrava que era composta por índios e, principalmente, por negros africanos. Segundo Freyre (2004) a zona da mata é uma sub-região onde o cultivo da cana-de-açúcar e a instalação de engenhos ocuparam o espaço de forma brutal, explorando a terra com a devastação da Mata Atlântica.

Além da produção açucareira, a atividade pesqueira é importante para compreendermos melhor a história de Goiana. O litoral de Goiana era uma região historicamente habitada desde o século XVI por indígenas, descendentes de escravos e colonizadores que formaram diversos povoados tais como: Tejucupapo (atual distrito), São Lourenço, Itapessoca, Atapuz, Carne de Vaca, Ponta de Pedras, Catuama e Barra de Catuama, os quatro últimos formam o conjunto de praias do município, que faz fronteira com o litoral Sul do Estado da Paraíba.

Na segunda metade do século XVI, os colonos brasileiros e portugueses utilizaram as várzeas e as margens dos rios, proporcionando o crescimento do número de engenhos levando

a expansão da área cultivada com o plantio de cana-de-açúcar. Os engenhos dependiam das águas dos rios e do mar, conforme aponta Freire (1985) dependiam também:

Dos peixes, dos caranguejos, dos pitus, dos camarões, dos siris, que a dona de casa mandava os moleques apanhar pelos mangues, pela água, pelos arrecifes. Esses pescadores a serviço da casa patriarcal tornaram-se jangadeiros iguais aos caboclos; tão peritos quanto eles no traquejo das jangadas, das canoas e da rede de tucum (....) o negro que a princípio só trabalhou no verde-mar dos canaviais depois tornou-se também operário do mar (FREYRE, 1985, p.30)”.

A pesca era vista como um ofício, o trabalho é concebido pelo caráter da arte e liberdade, o “saber-fazer” de alguns pescadores constitui sua cultura de trabalho, que pode ser aprendida e vista como uma especialização. Neste sentido, a arte pode ser entendida pela sua utilidade e vinculada a sua função social, a presença negra nesta atividade era rechaçada por alguns e considerada por outros, o risco e as dificuldades próprias da atividade pesqueira traz consigo um misto de liberdade e autonomia diante da condição de escravo (MALDONADO, 1993; RAMALHO, 2007).

Os viajantes europeus em seus relatos descrevem a grande quantidade de pescadores e a habilidade dos negros com o ofício da pesca. A pesca era uma atividade que se diferencia da agricultura, principalmente a canavieira, por esta se caracterizar pelo controle da terra, o mar era um espaço cujo acesso era livre, seriam espaços mais democráticos. A atividade da pesca era menos controlada e praticada em sua maioria por negros (RAMALHO, 2007).

Na história de Goiana ocorreram vários fatos que ratificam a relevância dessa presença negra. Apesar de alguns historiadores não considerar em suas obras essa participação, observa-se nos últimos anos a valorização dos aspectos culturais ligados à cultura afro-brasileira.

A história de Goiana é marcada por vários conflitos envolvendo índios, negros, portugueses, holandeses e franceses. Além de conflitos com a Coroa Portuguesa, envolvendo-se diretamente em revoluções. Com a ocupação holandesa que perdurou por vinte quatro anos, no período de 1630 a 1654, vários combates aconteceram em Goiana devido aos interesses dos holandeses nessa região. No período que holandeses administraram Itamaracá e Goiana venderam engenhos e colocaram diversas guarnições na costa, com uma das forças instalada em Povoação de São Lourenço.

Um acontecimento importante para a comunidade foi o episódio ocorrido em 24 de abril de 1646 na freguesia de Tejucupapo, atual Distrito do município, onde as mulheres enfrentaram os holandeses. Esse episódio que ficou conhecido como “A batalha das “Heroínas de Tejucupapo”, recorrentemente é utilizado como um símbolo de resistência na história de Goiana. Esse fato é relevante para esta pesquisa, pois a história de ocupação dessa área de

Goiana aponta indícios que colaboram para a compreensão da formação do Povoado de São Lourenço.

A identidade de gênero é associada à luta dessas mulheres que no passado contribuíram na batalha contra os holandeses e que está presente até hoje. Atualmente, essa identidade marca a organização política em torno do trabalho da pesca. Em Povoação de São Lourenço a presença feminina é percebida, sobretudo, no trabalho das marisqueiras.

Figura 13 - Fotografia do espetáculo "As Heroínas de Tejucupapo" em Goiana-PE



Fonte: blogdoandersonpereira.com

Outro fato relevante para a história de Goiana e para o Povoado de São Lourenço foi a existência dos Quilombos de Catucá, que de acordo com Melo (2001) se estendiam desde o município de Paulista até a área rural e litorânea de Goiana. O nome Catucá era a denominação genérica dada às áreas de florestas que margeavam as regiões produtoras de açúcar. As florestas iniciavam nos matagais e morros da saída de Recife e Olinda, seguindo para o interior até Goiana na divisa com o Estado da Paraíba. Existiam em Pernambuco no período de 1700 a 1830 vários quilombos, com destaque para os que se formaram nessa região:

As matas do Catucá, onde se desenvolveram pequenos quilombos, antes e depois da Independência, ficavam praticamente na planície, quando muitos nas barreiras, mas cercados de engenhos, canaviais e núcleos populacionais (...) As autoridades costumavam chamar de “coito” pequenos grupos de negros, comparando-os a ladrões e bandidos. Em 1740, nova lei sobre escravos e seus ajustamentos dizia que toda habitação de negros fugidos que passassem de cinco pessoas seria tida como quilombo (MELO, 2001, p.191).

Segundo Melo (2001) o maior deles era o quilombo de Malunguinho:

O quilombo maior era o de Malunguinho, que tinha seu quartel-general em Macacos, a noroeste do Recife. Os maluguinhos faziam verdadeiras rias nas vilas e povoados, usavam técnicas de guerrilha nos ataques e se defendiam com lugares estepes e valas profundas (...) O quilombo do Malunguinho talvez tenha tido mais repercussões devido às suas proclamações, nos arredores de Recife, Abreu e Lima, a partir do seu foco, na localidade de Macacos. (MELO, 2001, p.197).

A extensão da área descrita por Melo (2001) demonstra a influência desse quilombo para a região, caracterizava-se por seu aspecto de guerrilha, buscava desde sua liberdade com as fugas até ações de ataque aos proprietários para garantir sua sobrevivência:

O quilombo tinha os seguintes limites, de acordo com os piquetes militares: Passagem de Atapuz, Grautá, Arataca, Bú, Itapirema, Fontainhas, Cajueiro, Estrada dos coqueiros (junto ao engenho Bujary) passagem do Japomim outro engenho, Barra do Megaó, Tejucupapo e Pontas de Pedra todos estas localidades de Goiana. O rio Goiana era o limite norte e o rio Arataca a divisão de Igarassu.(...) o comando militar falavam de 200 a 300 quilombolas, divididos em quatro quilombos, em três ilhas chamadas de Catucá, Antas, Bamba e na passagem de Japomim, estavam espalhados por um terreno maior do que mediram os militares, pois inclui capoeiras, matas, alagados e mangues, quase impenetráveis (MELLO, 2001, p. 204)

Foram várias as tentativas de destruí-lo, entre elas destaca-se a criação de uma colônia de imigrantes germânicos, Colônia Amélia. No início era formada por 100 alemães e chegaram a cerca de 750 pessoas que viviam da agricultura e da produção de carvão vegetal. A utilização da mata de forma predatória pelos colonos causou em parte a sua destruição. As matas nativas garantiam a permanência dos quilombolas na região. Além das matas, a abertura de estrada entre o período de 1829 e meados 1831 foram fatores determinantes para o enfraquecimento do quilombo (MELO, 2001; SILVA, 2007).

Segundo Silva (2007) o quilombo reaparece como parte da reconstrução do passado do Povoado de São Lourenço, sua origem remontaria ao período da escravidão e é reafirmada pela Presidente da Associação Quilombola, quando esta afirma que a Povoação de São Lourenço fazia parte do quilombo de Catucá.

Não foi possível constatar essa relação entre os quilombo de Catucá e Povoação de São Lourenço, mas o discurso dessa ligação ganha força quando são afirmados como elementos da

identidade quilombola da comunidade. A relevância da produção de pesquisa que analise essa possível relação histórica se faz importante, pois existem muitos documentos e bibliografias que podem revelar questões para compreender a história da comunidade Povoação de São Lourenço.

A abolição da escravatura também se configurou como uma luta presente na história de Goiana, com a criação do Clube Abolicionista que era responsável por levantar recursos financeiros com o intuito de libertar os escravos e o Clube do Cupim, que atuava no roubo de escravos e os enviavam para o estado do Ceará, onde a escravidão fora abolida em 25 de março de 1884. Quatro anos depois Goiana é a primeira cidade a abolir a escravidão em Pernambuco, no dia 25 de março de 1888 (JORDÃO FILHO, 1978).

Mesmo com as condições menos favoráveis que a Mata Sul, houve na região uma ascensão da cultura canavieira, com a expansão de grandes empreendimentos agrícolas ao longo do século XX. Os engenhos de banguês, unidades de produção do século XVI, foram absorvidos pelas usinas que aos poucos foram absorvendo as usinas menores e se transformando em grandes usinas. Um exemplo em Goiana é a Usina Nossa Senhora das Maravilhas (DIEGUES JR 1980, FREYRE, 1998, ANDRADE, 1973,).

A pesca artesanal é uma atividade que esteve sempre presente na história de Goiana era praticada, principalmente, por negros escravos ou libertos. Diante dos riscos que a pesca apresentava, muitos donos de escravos permitiam que os mesmos fossem pescar sozinhos. Recebiam pagamentos por seu trabalho, que os caracterizaram como escravos de ganho ou de aluguel, esses escravos eram responsáveis por suas despesas. Muitos escravos conseguiram com o dinheiro comprar a alforria de sua família (RAMALHO, 2007).

Em meados do século XIX, houve o crescimento da participação de negros e pardos livres na atividade pesqueira. Para exemplificar a modificação na condição de escravo, observa-se que os registros de dados do Censo da População de 1872 apontavam que na Paróquia de São Lourenço de Tejucupapo existiam 374 homens que exercia a profissão de pescadores, estes foram identificados como profissionais liberais, destes apenas dois eram escravos. Estes números apontam para uma presença negra marcante, e que em relação ao trabalho da pesca há a predominância de homens livres exercendo esse trabalho (Censo População de 1872).

Outra informação a ser analisada nos dados deste censo refere-se a população negra registrada e sua condição. A população registrada era de 6.454 distribuídos entre brancos, pardos, pretos e caboclos. Observa-se que destes 1.158 foram identificados como pretos, sendo que 810 estava na condição de libertos e 348 escravos, conforme descrito na tabela abaixo:

Figura 14 - Censo da População de 1872 – Paróquia de São Lourenço de Tejucupapo

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens....	2884	829	1632	406	17
	Mulheres....	3061	793	1846	404	18
	Somma....	5945	1622	3478	810	35
Escravos	Homens....	267		84	183	
	Mulheres....	242		77	165	
	Somma....	509		161	348	
Somma geral		6454	1622	3639	1158	35

Fonte -IBGE

Outra informação relevante para a compreensão do contexto histórico e social é a forte presença negra no Povoado de São Lourenço. Nos dados apresentados na figura acima, chama a atenção o registro de mulheres identificadas como pretas, sendo 165 escravas e 404 livres. A seguir será apresentada um pouco da história de Povoação de São Lourenço para compreender como esses elementos contribuíram para a formação de sua atual configuração social.

3.2 Povoação de São Lourenço: a história da comunidade

De acordo com Andrade (1999, p.103) a Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo estava situada na parte oriental e era banhada pelo oceano Atlântico e pelos rios Goiana e Tapirema, ele descreve a sua estrutura demonstrando a relevância dessa freguesia para a Capitania de Itamaracá.

A Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo apresentava condições hidrógraficas favoráveis e era rica em pescado, possuía engenhos, igrejas, além de exportar alguns produtos para o Recife, conforme aponta Andrade (1999):

formada por duas povoações, a de São Lourenço com duas igrejas, a Matriz de São Lourenço e a do Rosário dos Pretos, situada nas proximidades da costa, e a outra a cerca de nove quilômetros, onde foi construída a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos. Possuía cerca de seis engenhos de açúcar a tração animal, e grandes plantações de mandioca e de tabaco que eram exportados para o Recife e para os sertões do norte, em sumacas que entravam pela barra dos Marcos - canal de Santa Cruz - e subiam o rio Jaguaribe; era rica em pescado e dispunha de grandes coqueirais, muitas frutíferas e expressiva criação de gado bovino. A freguesia possuía nove capelas filiais, seiscentos e sete fogos e cerca de duas mil e seiscentos e trinta e seis pessoas de desobriga (ANDRADE, 1999, pag.103)

A Igreja de São Lourenço de Tejucupapo é um marco importante para história de Povoação de São Lourenço, sobretudo vivenciada em suas práticas religiosas. A comunidade tem como padroeiro o santo São Lourenço Mártir, sua história está entrelaçada com a escultura que foi encontrada em uma bica localizada no Engenho Megaó, onde os moradores retiravam água. Segundo relatos de moradores a imagem foi levada para o Sítio Mangueirinha e colocada em cima de uma pedra, fizeram suas orações e seus pedidos. À noite ela foi guardada na casa de um morador, no dia seguinte foi posta na pedra novamente. A imagem desapareceu e foi reencontrada na bica. Os mais velhos relembram essa história e reforçaram que já houve um tempo que o “Santo fazia muito milagre forte, hoje o povo vem mais pela festa”.

Figura 15: Fotografia - Imagem de São Lourenço



Fonte: Autora, 2013

Os moradores concluíram que o Santo queria um lugar apropriado para ser adorado e assim contruíram a Igreja de São Lourenço de Tejucupapo. Esse fato da história oral é

corroborado pela historiografia que registram que menciona a sua existência por volta de 1630, no entanto existem indícios que sua construção data de 1555. A igreja de estilo jesuítica é reconhecida, desde 1938, pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional e tombada pelo governo do Estado de Pernambuco através do Decreto 17.563, em 1994.

A festa de São Lourenço acontece no início do mês de agosto, neste período são realizadas as novenas, a procissão do Carrego da Lenha e a Procissão de São Lourenço que acontece no dia 10 de agosto. Este é um momento importante para a comunidade, pois reúne os moradores em torno dos festejos para o Santo, tanto os sagrados como os profanos. Este último entendido como as atividades não religiosas da festa de São Lourenço.

A festa de São Lourenço é muita antiga, tem uns 400 anos. Essa igreja é a segunda mais antiga, a primeira é em Igarassu. Desde pequena que eu participava, minha mãe é uma das moradoras mais velhas daqui e já conta que tinha a festa. Todo ano tem, é a festa mais visitada dessa região. Tem festa em Carne de Vaca pra Nossa Senhora de Santana, tem em Tejucupapo pra Nossa Senhora do Rosário, tem em Ponta de Pedras, mais a daqui é mais antiga (moradora, dezembro de 2012)

As terras onde hoje está localizado o Povoado de São Lourenço, segundo relatos orais, foram doadas pelo proprietário do Engenho Megaó, Olavo Maranhão. Seu rebanho estava doente e ao ver seu gado morrer fez uma promessa a São Lourenço Mártir, se alcançada doaria as terras do Sítio Magueirinha para a Igreja. A promessa foi alcançada e as terras foram doadas, as informações indicam que a doação teria acontecido por volta de 1920. São Lourenço é cultuado pelos moradores até hoje.

O dono do Engenho Megaó na época era Olavo Maranhão, ele estava com seu gado doente, os bois tava morrendo e fez uma promessa a São Lourenço que se os bois pudessem de morrer, ele doava as terras do sítio. O milagre foi realizado e o gado ficou bom. Seu Maranhão fez uma festa para doar as terras para o Santo (morador, agosto de 2012)

A formação do Povoado de São Lourenço pode ser analisada a partir do conceito de terras de santo presente no Nordeste brasileiro, que foram discutidas pela literatura do campesinato, conforme abordado por Meyer (1978). Essa definição também é utilizada para designar terras onde existiram as ordens católicas e missões. As terras de santo, no caso de São Lourenço, seriam as terras ofertadas em homenagem ao santo em pagamento de uma promessa alcançada.

Ninguém aqui tem documentos dessas terras não. A filha do homem que comprou paga o INCRA. Se perguntar só temos a conta de luz, muitos já moravam aqui antes da doação, e depois continuaram morando. Alguns foram comprando terrenos e

contruindo as casas e com os casamentos dos filhos foram fazendo mais casas. Aqui é todo mundo parente, mesmo que distante, as famílias são grandes, que vem de fora é pra casar com os daqui. (moradora, outubro de 2012)

De acordo com os relatos, o nome da comunidade teria sido modificado pelo morador que comprou as terras de um padre, e decidiu mudar o nome da comunidade para São Lourenço. Não encontrei registros históricos que comprove esse relato. Como a comunidade é secular e seus registros estão associados ao Distrito de Tecujupapo, muitas histórias precisam ser pesquisadas para que a história oral de Povoação de São Lourebço seja aprofundada através da historiografia oficial.

Santo não come, santo não fala, tinha um padre aqui chamado Fernando Passos, que vendeu as terras doadas a Joca Carneiro por 200 conto de réis. O Senhor Joca fez uma homenagem ao santo e mudou o nome do sítio Magueirinha para o nome do Santo. Aqui tinha poucas casas era tudo roça, foi crescendo, virou um povoado, aí ficou Povoação de São Lourenço (Maradora, agosto de 2012).

Segundo Silva (2008) a organização espacial de Povoação de São Lourenço caracterizava-se como um bairro rural, existiam poucas casas que eram interligadas por caminhos, nos quais a vida social e produtiva se organizava. A prática da agricultura é relatada na fala dos moradores mais velhos que relebram o “tempo de fartura”, antes de tudo ser invadido pela cana-de-açúcar. Essa descrição é reforçada pelo relato da moradora:

Antes aqui tinha roça, agora não tem nada, é só cana, ela tá chegando até dentro da maré. Aqui na frente tá tudo bonitinho, rua calçada, as casas são boas, mas a realidade está ali por tras, é muita pobreza. Não tem espaço para plantar, a oportunidade de emprego é pouca. O povo vive mesmo é da maré, da pesca (Moradora, setembro de 2012).

O crescimento populacional modificou essa característica de bairro rural e atualmente encontramos em Povoação de São Lourenço características de bairro urbano. A diminuição clara dos caminhos citados pela autora com a ocupação do espaço por casas modificou a organização espacial, e hoje encontramos na comunidade uma grande quantidade de becos. Segundo Silva (2008) existiam 300 famílias em 2007, com uma população de aproximadamente 1.080 pessoas. Ao realizar esta pesquisa obtive a informação da existência de 668 famílias, o que aponta um crescimento significativo e trouxe muitas mudanças para a vida cotidiana da comunidade. As fotografias a seguir demonstram a urbanização da comunidade.

Figura 16 - Fotografia da Rua principal



Fonte: Autora, 2013

Figura 17 - Fotografia da disposição das casas "becos"



Fonte: Autora, 2013

Os efeitos desse crescimento é sentido pelos moradores, principalmente no tocante às situações de violência relatadas. Situações vividas nas periferias das cidades estão presentes no cotidiano de Povoação de São Lourenço, um exemplo marcante é a comercialização e consumo de drogas. O medo de “andar de noite” por conta dos assaltos é visto como uma grande mudança para os moradores. Diversas queixas sobre a falta de segurança na comunidade foram relatadas por diversos moradores, a exemplo do posto policial que não está funcionando. Isso é associado ao descaso que os moradores sentem pela falta de ações do Estado.

Figura 18 - Fotografia da Unidade da Policia Militar



Fonte: <http://cppnenordeste.blogspot.com.br> –Acesso em: outubro de 2012

A história de Povoação de São Lourenço torna-se o principal elemento para a construção da identidade local e sua relação com a pesca artesanal se tornou fundamental para sua organização política, reconhecida em muitas narrativas como a principal característica da comunidade. O trabalho extrativista aparece como uma dimensão que engloba outros povoados do litoral de Goiana em torno da pesca artesanal. O estuário dos rios Goiana e Megaó (Rio São Lourenço) e sua preservação é compreendida pelos moradores como uma forma de garantir a continuidade das atividades pesqueiras e da extração (catação) de marisco e o reconhecimento da atividade profissional de “mariscagem”.

No próximo capítulo será discutida a importância das mobilizações políticas em torno da questão ambiental com a implantação da Reserva Extrativista Acaú – Goiana, assim como da questão quilombola com o processo de reconhecimento étnico e seus reflexos para organização política dos grupos.

4. MOBILIZANDO E RECONHECENDO IDENTIDADES

A heterogeneidade de Povoação de São Lourenço se revelou a partir de suas formas de organização política, onde o espaço das associações comunitárias representa uma possibilidade de refletir sobre as formas de mobilizações políticas dos grupos e como elas se constituíram canais de participação da “pequena política local”. As redes sociais por elas acionadas evidenciam a importância do político, este percebido a partir das “percepções da realidade”. As duas Associações participam do Movimento de Pescadores e Pescadoras e do Movimento Quilombola, articulando essas duas identidades. Assim, ao formar as duas entidades entram no “mundo da política” institucionalizada (LEITE, 2006).

Essas identidades são incorporadas ao discurso político, produzindo um aparente consenso em torno dos modos de vida e criando novas modalidades de pertencimento. A inserção das questões identitárias configurou o que viria a ser conceituado como novos movimentos sociais. Esses movimentos sociais foram responsáveis pela criação e politização de espaços que contribuíram para o surgimento de organizações que atuam na garantia de direitos sociais, políticos culturais, econômicos, ambientais e territoriais. (GOHN, 2010, KURCHNIR, 2007, LEITE, 2006).

Na década de 60, o conceito de movimentos sociais tem seu campo de estudos ampliados com inserção de outros grupos sociais. Os direitos sociais no Brasil têm como marco principal a criação de uma legislação trabalhista e, com a inserção dessas novas categorias sociais outros sentidos foram atribuídos ao tema. Os questionamentos sobre o seu alcance marcaram essa discussão ao enfatizar o seu caráter reducionista. A alternativa para minimizar esse problema seria compreendê-los como formas de ações coletivas (MELUCCI, 2008 e DANTAS e MARTINS JUNIOR, 2007, LEITE, 2006).

A ação coletiva é analisada como efeito das crises estruturais, contradições, expressão das crenças e orientações compartilhadas. É uma interação entre os objetivos, os recursos e os obstáculos pautados por uma orientação intencional dentro de um sistema constituído de oportunidades e coerções. A forma como os atores construíram as ações está pautada nas orientações, oportunidades e coerções presentes na estrutura dos sistemas (MELUCCI, 1989).

Com esta configuração política, a Povoação de São Lourenço apresenta um contexto exemplar onde a inserção de políticas públicas, principalmente às relativas ao reconhecimento étnico e às políticas ambientais contribuiu para que a comunidade seja identificada e se identifique a partir das categorias construídas ao longo de sua história, em confluência com os

jogos políticos presentes na atualidade. Os direitos atribuídos aos grupos específicos surgem reforçando questões de identidade, ou melhor, identidades.

O conceito de comunidades tradicionais é trazido para as esferas governamentais, sendo fundamental para a compreensão dos grupos sociais incluídos nesta categoria. Ele surge em meio à problemática ambiental gerada pela implementação das unidades de conservação e seus efeitos para as comunidades que residem nas áreas. E objetiva solucionar os problemas das comunidades tradicionais dentre as quais estão: as populações indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, extrativistas e pescadores. Ao integrar esses grupos dentro de uma mesma categoria, as especificidades de cada grupo e sua dinâmica social não podem ser colocadas de lado uniformizando as ações. A negligência das diferenças presentes em cada comunidade ou povo torna-se ponto crucial por não englobar toda a diversidade dos grupos sociais (FILHO; ALMEIDA; MELLO, 2005; CARNEIRO DA CUNHA, 2009; LITTLE, 2002).

Os Quilombolas e as Marisqueiras e Pescadores ao serem englobados no conceito de povos tradicionais são incorporados à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais através do Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007 que visa:

promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007) .

Essa política tem como principal eixo a valorização de princípios como o reconhecimento, o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais. As ações desenvolvidas pelos setores governamentais devem levar em consideração outros aspectos tais como: etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, dentre outros. Assim, é construída uma identidade que está em consonância com os diversos elementos, e aponta para a intersecção das identidades que compõem os grupos.

Apesar da existência de algumas semelhanças, cada grupo tem sua história específica que pode ser comparada a partir do exercício da pesquisa científica, todavia a atenção às particularidades de cada grupo deve de fato ser considerada para que os estudos em comunidades tradicionais não tragam como consequência uma cristalização de conceitos.

Dessa forma, o conceito de comunidade empregado neste trabalho buscou apreender de que maneira esses grupos agem coletivamente, interagindo e compartilhando recursos. O

território assume uma configuração de direitos coletivos, assim como a tradição é compreendida em seu significado coletivo.

Não considerar a história individual de cada grupo é talvez um dos maiores riscos. Ao ser analisadas pelos modelos teóricos é importante que os mesmos não sejam enquadrados em conceitos pré-existentes de forma que reduzam as suas identidades a uma identidade totalizante.

Nesse sentido, o caso de Povoação de São Lourenço é emblemático, pois reconhecida pelo governo como comunidade remanescente de quilombo, e com a homologação da reserva extrativista Acaú-Goiana, apresenta um contexto onde se identifica uma sobreposição de categorias jurídicas e também de identidades. Esta sobreposição se reflete também nas políticas públicas desenvolvidas na comunidade.

O Estado tem sido responsável por mudanças significativas na organização social de Povoação de São Lourenço, principalmente no tocante às questões relacionadas à identidade quilombola. Não pode ser esquecido que essa categoria não era reconhecida na comunidade antes das intervenções realizadas pelos atores externos governamentais, não governamentais e setores da sociedade civil.

A territorialidade surge como uma questão central na comunidade. No caso da Resex Acaú-Goiana é o Estado que definirá as regras de uso de uma área que antes era utilizada livremente. O sentido de territorialidade, aqui tratado, está relacionado ao modo como as pessoas utilizam o seu espaço, tanto o marinho quanto o terrestre; a sua organização em torno desses espaços; aos significados que são atribuídos ao território e a todas as relações sociais nele inseridas. As comunidades que utilizam o estuário do rio Goiana sofreram sérios problemas com a poluição gerada pelas fábricas de cimentos, usinas e empresa de carcinicultura.

Com a Resex Acaú-Goiana a comunidade se insere dentro das práticas administrativo-burocráticas definidas pelo Estado, neste caso representado pelo Ministério de Meio Ambiente. Os moradores participam do Conselho Deliberativo, coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem a função de administrar a reserva e estabelecer as suas formas de uso (LITTLE, 2002, HAESBAERT, 2004).

4.1 A Reserva Extrativista Acaú-Goiana

Nas últimas décadas, com a consolidação do movimento ambiental o Brasil sofreu modificações na sua dinâmica territorial. Além dos territórios indígenas e quilombolas, muitas unidades de conservação foram criadas pelos governos. O movimento ambientalista é formado

por várias vertentes, no caso brasileiro duas apresentam maior importância: a preservacionista, caracterizada pela proteção e não permanência dos povos que habitavam essas áreas; e a socioambientalista onde os povos são integrados ao processo de conservação do meio ambiente. Para Little (2002):

as áreas protegidas representam um tipo de território específico que caberia dentro da noção de razão instrumental de estado. Em primeiro lugar, as áreas protegidas são criadas pelo Estado mediante decreto e leis e conformam partes da terra da União, sendo, portanto terras públicas. Em segundo lugar, a criação dessas áreas inclui sofisticadas pesquisas científicas envolvendo um grande leque de especialistas (...) representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento (LITTLE, 2002, p.16).

A primeira área criada no Brasil com características da corrente ambientalista foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937. As Unidades de Conservação de Uso Indireto foram responsáveis pela retirada de diversas populações de suas terras sem respeitar suas relações afetivas e suas memórias. As indenizações e o reassentamento compulsório marcaram a relação entre o Estado e as populações afetadas. Diversos conflitos foram ocasionados com a implantação dessas áreas (ALEGRETTI, 2008; LITTLE, 2002)

A corrente socioambientalista é consolidada no Brasil na década de 1980, tendo como principal campo de atuação a esfera da sociedade civil. Com essa atuação percebe-se um aumento do poder dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, que tem como principal desdobramento o surgimento de associações locais, movimentos regionais, articulação política para atuar de forma conjunta em ações políticas que fortaleceram esse debate e ganhou, ainda, mais força com o conceito de desenvolvimento sustentável (LITTLE, 2002).

Essa corrente estabelece um diálogo com as populações locais e as entendem como parceiras na preservação dos recursos naturais em decorrência de suas práticas históricas de ocupação dessas áreas. Estas eram compreendidas pelos ambientalistas como um exemplo de “sustentabilidade ecológica” que tem suas bases “nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas” (LITTLE, 2002, p.18).

A utilização dos recursos naturais de forma sustentável é considerada como elemento importante para que possam ser estabelecidas parcerias entre os grupos sociais e o movimento ambientalista. Assim, esta perspectiva regeu uma nova forma de implementação dessas áreas pensadas agora pela cogestão dos territórios. Os governos, representado pelos órgãos ambientais, estabelecem a parceria com as comunidades, constituindo regras bem definidas de

proteção e uso dessas áreas. A reserva extrativista Acaú - Goiana está enquadrada nesse modelo (LITTLE, 2002).

O mapa a seguir apresenta as principais unidades de conservação existentes no Brasil.

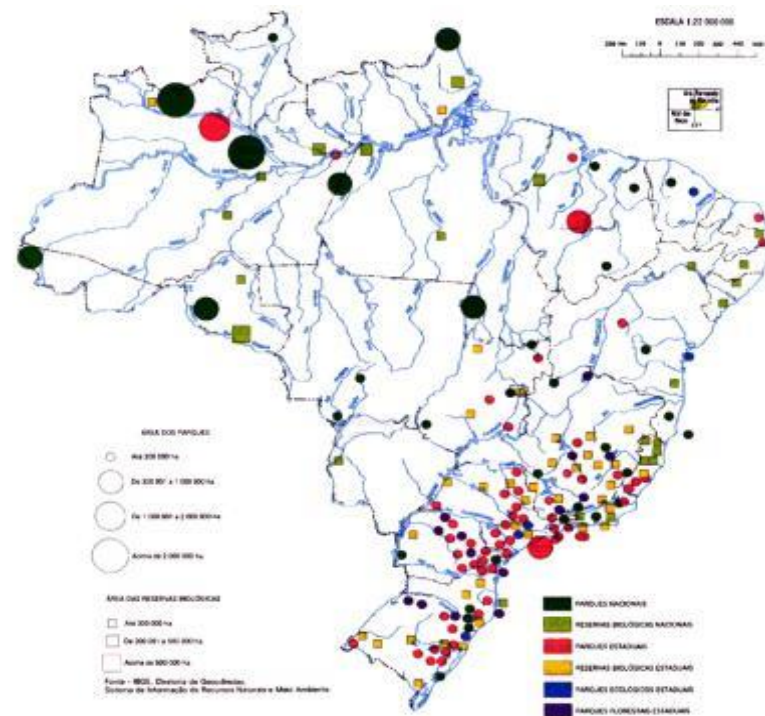


Figura 19 - Mapa- Unidades de Conservação
Fonte: ICMBio

As primeiras reservas extrativistas tiveram origem no Estado do Acre. Os povos da floresta, em particular os seringueiros, foram protagonistas de um movimento que reivindicava a conservação do ambiente onde realizavam suas atividades com intuito de também garantir sua independência econômica com relação aos fazendeiros. Esse movimento se configurou em um novo espaço político e os seringueiros emergiram como atores sociais nesse processo (ALEGRETTI, 2008; ALMEIDA, PANTOJA, 2004; LITTLE, 2002).

A atuação dos seringueiros foi fundamental para trazer essa discussão à cena política brasileira. Como principal resultado desse processo foram criadas ações com destaque para os Projetos de Assentamentos Extrativistas ligados à política de reforma agrária e a modalidade de Reservas Extrativistas, conforme assinala Almeida e Pantoja (2004):

as Reservas Extrativistas foram propostas entre 1985 e 1986, em reuniões de seringueiros, como uma solução de reforma agrária que contemplava grandes áreas familiares apropriadas para a extração vegetal, com unidade indivisa do território através da propriedade da União e concessão de uso a uma associação, e autogestão do território (ALMEIDA; PANTOJA, 2004, p. 1).

As reservas extrativistas configuraram-se como uma política pública territorial integrada à política ambiental. Sua concepção histórica e política demonstraram o resultado da ação coletiva do grupo em questão e se diferencia das demais unidades de conservação implementadas pelo governo brasileiro. Desta forma, a busca pela solução definitiva dos conflitos estava relacionada ao reconhecimento legal do direito não apenas da terra, mas, sobretudo da maneira como os seringueiros viviam na floresta. Segundo Almeida e Pantoja (2004) a atuação pauta-se nas experiências locais de uso e manejo e contradiz a visão de que estas populações seriam os principais sujeitos responsáveis pela destruição do meio ambiente:

as populações pobres e marginalizadas que normalmente habitam florestas tropicais e outros ricos ecossistemas são potencialmente predatórias. Uma versão desse ponto de vista é apoiada pela argumentação da “tragédia dos recursos coletivos”, segundo a qual o acesso coletivo aos recursos naturais levaria à inevitável destruição dos bens naturais. (ALMEIDA; PANTOJA, 2004, p.1)

Contrapondo-se a essa discussão é inserido no debate a importância dos grupos tradicionais para a preservação ambiental e suas práticas históricas são vistas como uma espécie de “conservacionismo espontâneo”, conforme aponta Almeida e Pantoja (2004):

os moradores tradicionais de floresta, de rios, de lagos e mares, são conservacionistas espontâneo guiados pela tradição; segundo essa visão é o governo que atrapalha a

gestão costumeira que as populações tradicionais sempre exerceram sobre a natureza de maneira equilibrada e equitativa (ALMEIDA; PANTOJA, 2004, p. 1).

Esse movimento foi fortalecido pelo processo de democratização vivido pelo país que contribuiu para a discussão de novas políticas públicas onde foram mobilizados diversos grupos sociais. Os seringueiros ao repensar o modelo de reforma agrária com a distribuição de lotes, formulam um modelo que teve inspiração nas reservas indígenas e nas unidades de conservação que são caracterizadas como territórios contínuos sem divisão, com o usufruto da comunidade de acordo com as práticas tradicionais sustentáveis (ALEGRETTI, 2008).

A primeira proposta política formulada pelo governo para reservas extrativistas foi concebida pela ótica da reforma agrária com a publicação da Portaria nº 627, de 30 de junho de 1987 do INCRA. Todavia, a Constituição de 1988 possibilitou a criação de territórios protegidos pelo poder público que repercutiu de forma significativa na área ambiental. A Lei 7.804 de 24 de julho de 1989 incorporou os dispositivos constitucionais à Política Nacional de Meio Ambiente, incluindo as reservas extrativistas considerando-as como um espaço que deve ser protegido pelo Estado (ALEGRETTI, 2008).

Nesse primeiro momento, foram identificados os grupos de seringueiros, castanheiros e ribeirinhos que extraem de forma viável e sustentável os recursos naturais produzidos pelo meio ambiente. As reservas extrativistas assumiram um caráter de desenvolvimento que associou a proteção da floresta aos benefícios econômicos e sociais. A participação direta das populações da floresta à frente do processo gerou um forte apelo que teve como consequência o apoio nacional e internacional as reivindicações pleiteadas (ALEGRETTI, 2008).

Atualmente, as reservas extrativistas representam o principal modelo de gestão e conservação ambiental com base na participação comunitária. A legislação brasileira a instituiu como política pública que defende os direitos de uso e da identidade cultural, reconhecendo a tradição das comunidades e o papel exercido pelas mesmas na manutenção dos ecossistemas e seus recursos, conforme aponta Little (2002):

nessas áreas o controle e uso coletivo dos recursos são reconhecidos legalmente e normatizados por planos de utilização elaborados pelas associações locais agro-extrativistas e aprovado pelos respectivos órgãos federais responsáveis (LITTLE, 2002, p. 18)

Esse modelo foi utilizado também nas áreas costeiras, definida pela modalidade de Reservas Extrativistas Marinhas. Considerada um paradigma na conservação desse bioma, pois além da proteção dos recursos marinhos elas auxiliam o sustento das famílias que vivem da

pesca artesanal. Apesar de sua importância para as comunidades, algumas dificuldades surgiram em detrimento da mesma não tratar de um espaço terrestre, e sim de áreas estuarinas e marinhas, pois não há legislação que reconheça essa especificidade de apropriação do espaço. A propriedade de uso coletivo dos recursos e seu gerenciamento coletivo são vistos como um mecanismo capaz de dirimir a devastação causada pela exploração dessas áreas ao longo da história brasileira, garantindo, assim, o “manejo sustentável dos recursos pesqueiros” (LITTLE, 2002, p. 18).

O negócio é conscientizar pra preservar nosso bem maior que é o nosso extrativismo, a pesca artesanal. A gente sabe que se tirar o marisco pequeno não pode, mas o que a gente vai fazer para sobreviver, eu sempre levanto essa polêmica. O que a gente vai fazer para sobreviver, a gente vai parar de tirar de lá? (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço, janeiro de 2013).

4.2 O processo de implantação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana

O processo de implantação de uma reserva extrativista deve ser legitimado pela população extrativista que deve apresentar a demanda ao Poder Público com base nas ameaças ao equilíbrio socioambiental, objetivando garantir a sociobiodiversidade e a reprodução das práticas culturais dos grupos (ALEGRETTI, 2008; FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

Assim, a organização política da comunidade torna-se um elemento fundamental, pois os grupos sociais são mobilizados para reivindicar a atuação do Estado. A solicitação para a criação da reserva deve ser feita pela própria comunidade, não há um modelo específico para a mesma, na maioria dos casos, são feitas através de abaixo-assinados para que o órgão responsável prossiga com os procedimentos burocráticos, garantindo a sua participação de forma direta nos espaços de tomadas de decisão (FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

Além do estudo técnico é necessária a realização de reuniões com as comunidades envolvidas e caso o parecer técnico seja favorável, o processo administrativo para criação da unidade de conservação é oficializado com base no diagnóstico realizado para identificar os aspectos relevantes da área. A participação das comunidades é garantida através das reuniões e consultas públicas realizadas ao longo do processo de implantação, tendo como finalidade o esclarecimento das dúvidas para que a proposta seja concretizada de forma participativa. (ALEGRETTI, 2008; FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

Com a ampliação dos espaços democráticos de gestão compartilhada, em meio aos processos participativos, buscou-se um equilíbrio na gestão dos recursos naturais com a integração das populações. A administração da reserva extrativista é baseada no modelo de

cogestão com a criação do conselho deliberativo, do plano de manejo e do contrato de concessão de direito real de uso e do termo de compromisso (ALEGRETTI, 2008; FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

No final dos anos noventa, parte da região que compõe o litoral Norte de Pernambuco – do Canal Santa Cruz até a divisa da Paraíba – vivenciou vários problemas causados pelos impactos ambientais devido às atividades econômicas que desrespeitaram ao longo de décadas a legislação ambiental. Esse fato foi decisivo para a mobilização das comunidades dos Estados de Pernambuco e da Paraíba que utilizam as áreas do estuário dos rios Goiana e Megaó para a pesca artesanal e a coleta de mariscos (FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

Em Pernambuco, a discussão girou em torno da preservação da área que se estendia do canal de Santa Cruz até o estuário dos rios Goiana. De acordo com a proposta inicial a área seria dividida pela metade e não contemplava a área paraibana do estuário. A divisão da área enfraqueceu o debate e a mesma não teve prosseguimento (FADIGAS; GARCIA, 2010).

Na Paraíba, em 1999, as marisqueiras do distrito de Acaú perceberam a degradação nas áreas de coleta de mariscos causadas pelas atividades industriais, agrícolas e de carcinicultura. Neste período, a Associação de Marisqueiras de Acaú buscava a preservação da fauna do estuário através do defeso do marisco, no intuito de garantir a manutenção das famílias que viviam e vivem da pesca artesanal. Com a crescente necessidade de conservação, a associação solicitou a proteção do estuário dos rios Goiana e Megaó ao IBAMA. Em 2001, instaurou-se o processo administrativo enquadrando a área no modelo de Reserva Extrativista. A proposta paraibana também dividia o estuário, pois considerava os limites geopolíticos. Desta forma, a proposta não teve prosseguimento e ocasionou o arquivamento do processo (FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

Em 2002, o IBAMA retoma a discussão com as lideranças das comunidades que fazem parte do estuário. O processo é reaberto com a inclusão das comunidades dos dois estados. Em 2004, é firmado um contrato com a Universidade Federal da Paraíba para a elaboração do parecer técnico que aponta a necessidade de integrar a área total do estuário dos rios Goiana e Megaó para atender as comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Ponta de Pedras, Baldo do Rio, Tejucupapo e Atapuz, em Pernambuco; e Acaú (Pitimbu) e Caaporã na Paraíba (ALEGRETTI, 2008; FADIGAS; GARCIA, 2010; SILVA, 2008).

A reserva extrativista Acaú-Goiana foi criada pelo Decreto S/N publicado em 26 de setembro 2007, com área total de 6.078, 30 (seis mil e setenta e oito hectares e trinta ares),

tendo como principais atividades econômicas: a pesca artesanal e a coleta dos mariscos na área do estuário dos rios Megaó e Goiana. O principal objetivo da reserva consiste na proteção dos:

meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio Goiana e Acaú e demais comunidades incidentes na área de sua abrangência (Artigo 2º do Decreto S/N 26/09/2007).

Entre os anos de 2011 e 2012, se instituiu um Grupo de Trabalho com representantes das comunidades mencionadas acima e das organizações governamentais, com o objetivo de realizar atividades de mobilizações, sensibilizações e capacitações com intuito de conscientizar e informar as populações envolvidas sobre a importância da implantação da Unidade Conservação. Um dos objetivos desta ação era a criação do Conselho Deliberativo da Resex, composto por membros da sociedade civil e do Estado. A figura abaixo apresenta a área da Reserva Extrativista Acaú-Goiana:



Figura 20 - Mapas - Reserva Extrativista Acaú -Goiana
 Fonte: ICMBio

Apesar da implantação da Resex a empresa Atlantis,¹⁵ uma das maiores fazendas de camarão da América Latina, conseguiu manter sua fazenda na Ilha de Tiriri. De acordo com o site da empresa, a área total ocupada é de 1.740 ha, sendo 840 ha de manguezais, 600 ha de viveiros e área de construção civil de 7.000 m², conforme apresenta a figura abaixo:

Figura 21 - Fotografia - Empresa Atlantis



Fonte: www.atlantis.com.br

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é atualmente o órgão responsável pela elaboração e acompanhamento do contrato para o uso gratuito por parte das populações tradicionais extrativista que compõe a área de abrangência da Resex. Apesar da atividade extrativista não ser comum a todos os moradores das comunidades, representa a principal fonte de renda para muitas famílias e torna-se uma alternativa de renda quando os moradores estão desempregados.

A Resex atualmente é um dos principais pilares da organização e reorganização da comunidade Povoação de São Lourenço. O processo de formação da Reserva Extrativista é constituído por diversas relações que inclui os grupos sociais envolvidos, a sociedade civil e o Estado que estabelece regras para a utilização do espaço. Essas relações são marcadas por conflitos, causados principalmente pelos interesses de cada esfera envolvida e seus atores sociais.

¹⁵ Informações consultadas no site <http://www.atlantis.com.br/>. A produção da empresa é estimada em 4.000.000 kg/ano e tem a certificação do ISO 14.001.

O avanço da política ambiental é acompanhado por “conflitos, contradições, limitações internas assim como por reações, recuperações e restaurações”, que estão intimamente ligados às tradições de cada campo e a história dos movimentos sociais de que fazem ou fizeram parte os atores sociais envolvidos (LEITE, 2006).

O processo de implantação da Resex Acaú-Goiana é mais uma ação do Estado que tem influência direta na organização política de Povoação de São Lourenço. As marisqueiras e pescadores até a formação de sua Associação era representada pela Colônia de Pescadores de Tejucupapo. De acordo com os relatos, a mesma não atuava diretamente nas discussões para a melhoria das condições de vida da comunidade. Essa situação impulsionou a criação da Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço. Apesar da tradição local está relacionada a pesca artesanal, as marisqueiras e pescadores somente formalizaram sua Associação em 2011.

Até então, o Povoado era representado pela Associação Quilombola que iniciou o processo de reconhecimento étnico em 2003. Com a formalização junto ao Estado, Povoação de São Lourenço é reconhecida como comunidade remanescente de quilombo. Nesse momento, houve a participação de setores ligados à Prefeitura de Goiana e órgãos federais. Outra importante contribuição para a consolidação desse processo foi a inserção de lideranças da comunidade no Movimento Quilombola do Estado de Pernambuco. Essa questão será aprofundada na seção a seguir, onde será discutida a construção dos dispositivos legais que orientam as ações públicas para as comunidades quilombolas.

4.3 Por uma política para população remanescente de quilombo

O Movimento Negro Unificado (MNU) surgiu no final dos anos 1970, denunciando o racismo de forma mais sistemática e o posicionando como um grave problema da sociedade brasileira. Este movimento passou a reivindicar de forma organizada a criação de políticas para combater a discriminação e o preconceito racial (MONTANÕ; DURRIGUETO 2010, p. 282)

Nos anos de 1980, intensificaram-se as lutas do MNU contra os atos de racismos e as péssimas condições de vida dos negros no Brasil. Essas lutas pressionaram os Constituintes de 1988 a incorporar reivindicações deste movimento como “a criminalização do racismo (art. 5º) e o reconhecimento da propriedade das terras de remanescentes de quilombos (art. 68)” (MONTANÕ; DURRIGUETO 2010, p. 283).

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Segundo Arruti (2006) o artigo foi incorporado à Constituição de 1988 no “apagar das luzes” de forma “amputada” em meio a “intensas negociações políticas levadas por representantes do movimento negro do Rio de Janeiro”. A forma “improvisada” que caracterizou a inserção desse direito no ordenamento jurídico brasileiro levou a uma série de incompreensões sobre as realidades das comunidades negras rurais. A aprovação improvisada do texto acarretou uma série de indefinições sobre quem seriam os sujeitos contemplados (ARRUTI, 2006, p. 67).

Com a aprovação dos artigos 215 e 216 no texto principal da Constituição de 1988, o Estado assume o papel de proteger as manifestações das culturas afro-brasileiras. Essas manifestações com seus bens material e imaterial, além do tombamento dos documentos e sítios que possuam reminiscência histórica dos quilombos constituem o patrimônio cultural brasileiro.

Assim, a inserção da questão cultural transformou-se no principal fio condutor das ações do governo e na construção de um aparato administrativo estatal para efetivação dos direitos adquiridos com a Constituição. Durante muitos anos, a responsabilidade pelas políticas para quilombolas esteve concentrada no Ministério da Cultura, especialmente na Fundação Cultural Palmares.

Nesse contexto de mudança, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada em 27 de junho de 1989, reconhece “as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religião, dentro do âmbito do Estado onde moram”. Ainda dispõe sobre o papel do Estado em assumir a responsabilidade de desenvolver com a participação dos povos interessados uma ação coordenada e sistemática tendo em vista a proteção dos direitos desses povos.

O texto da Convenção 169 da OIT é promulgado no Brasil através do Decreto Presidencial nº 5051 de 19 de abril de 2004. Com isso, o governo brasileiro garante que a mesma será executada e cumprida. Este fato impulsionou, ainda mais, a formulação e a implementação das ações governamentais junto às comunidades quilombolas.

Outro fator determinante desta Convenção está pautado na “consciência de sua identidade indígena e tribal”, que “deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplica as disposições”. O princípio da autoatribuição constituiu-se no principal mecanismo utilizado pelas comunidades indígenas e quilombolas

para serem reconhecidos como sujeito de direitos. Esse conceito é fundamentado por definições antropológicas, principalmente, pelos estudos sobre etnicidade onde o autorreconhecimento representa o pilar da identidade étnico-cultural.

Em 2003, com a promulgação do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003, observa-se um alinhamento do governo federal com as definições da Convenção 169 da OIT. O Decreto traz como princípio básico para a identificação dos grupos étnicos-raciais o critério da autoatribuição. Este critério é incorporado à política de regularização de territórios quilombolas de que trata o art. 68 ADCT adotada pelo Estado brasileiro.

Com esse novo panorama uma readequação no aparato administrativo mostrou-se necessária. Em 2003, é criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, vinculada à Presidência da República, tendo como principal missão articular de forma transversal as ações desenvolvidas pelos diversos órgãos governamentais visando garantir a proteção dos direitos individuais e grupos raciais e étnicos. Uma das principais ações dessa secretaria é o Programa Brasil Quilombola¹⁶ que articula ações destinadas às comunidades quilombolas de diversos ministérios e secretarias do governo federal.

Assim, o reconhecimento da identidade quilombola contribuiu para a implementação de políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas. A inclusão dessas demandas na agenda nacional das ações governamentais fomentou a organização das comunidades quilombolas ampliando sua participação e representação nas esferas de construção e avaliação dessas políticas. A efetivação das ações do Estado proporcionou a mobilização política, principalmente, no tocante às questões fundiárias e demais ações sociais.

Outro pilar importante para a consolidação da identidade quilombola veio com a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040 de 2007. Essa política tem como princípios o reconhecimento e a consolidação das políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Ao serem incluídas nessas categorias as comunidades

¹⁶ Neste programa as ações são desenvolvidas em quatro eixos: **Regularização Fundiária** que atua sobre o processo de titulação dos territórios quilombolas; **Infraestrutura e serviços** com obras de infraestrutura e implantação de equipamentos sociais para suprir as demandas das comunidades quilombolas; **desenvolvimento econômico e social** pautado nas características do território e na identidade coletiva do grupo as ações são desenvolvidas de acordo com a sustentabilidade ambiental; e **controle e participação social** que estimula a participação dos grupos em fóruns, políticas públicas nacionais e locais. Essas ações ampliam a participação dos grupos não apenas no debate, mas na construção desse processo de forma mais representativa (BRASIL, Programa Brasil Quilombola, SEPPIR Brasília, 2005)

quilombolas adquiriram mais um elemento para reivindicar junto ao Estado a efetivação dos direitos socioambientais.

Outro fator significativo para o fortalecimento do movimento quilombola foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, onde a questão quilombola é tratada de forma específica com artigos que contemplam os direitos atribuídos à categoria étnica. Esse documento é incorporado ao discurso das lideranças quilombolas para embasar suas reivindicações em torno dos direitos sociais, econômicos e culturais. O respeito a identidade social e cultural, seus costumes e tradições são evidenciados como fundamentais para a garantia da reprodução física e cultural dessas comunidades. O Estatuto da Igualdade Racial é um “meio de conscientizar a comunidade de ser quilombola, ter orgulho da sua origem e ter amor pela sua história”, o relato da presidente da Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço retrata bem a importância dessa lei para as comunidades quilombolas.

As políticas públicas para quilombolas apresentam um campo onde podem ser observadas diversas mudanças na legislação e no aparato político-administrativo, ocasionadas pelo processo de mobilização das comunidades em torno da implementação dessas políticas. O reconhecimento das múltiplas identidades e os diferentes contextos sociais onde estão inseridas as comunidades quilombolas, deve ser considerado como elemento fundamental para a construção e/ou adaptações das ações governamentais. É relevante considerar também o papel exercido pelos movimentos sociais e sua contribuição para a mobilização política das comunidades quilombolas.

Povoação de São Lourenço inicia seu processo de reconhecimento étnico em meio a esse contexto onde muitas comunidades foram estimuladas a refletir sobre sua origem, buscando relacioná-la as definições do Decreto 4887/2003. Até meados dos anos 2000, a comunidade não utilizava a categoria quilombola para definir sua identidade, todavia a atuação dos agentes externos (pesquisadores, gestores públicos entre outros) identificaram elementos que a relacionava a uma origem negra.

Com a definição trazida pelo Decreto 4887/2003 que reconhece como remanescentes das comunidades dos quilombos os “grupos étnicos-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, muitas comunidades passam a se organizar em torno das questões étnicas.

A seguir será abordado o processo de reconhecimento da comunidade enquanto um grupo etnicamente diferenciado. Este processo teve influência de atores externos e a

mobilização política da comunidade em torno da identidade quilombola apresenta discussões relevantes para o reconhecimento oficial e a utilização prática da categoria quilombola dentro da própria comunidade. Esta categoria aos poucos vem sendo incorporada ao discurso dos moradores. Quando iniciei a pesquisa a identidade quilombola estava em plena discussão e novamente motivada por atores externos, que a aponta como uma alternativa de acesso às políticas públicas.

4.4 O processo de reconhecimento étnico: a construção da identidade quilombola em Povoação de São Lourenço

A partir de 2002, foram realizadas diversas pesquisas na comunidade que priorizaram o levantamento das referências culturais¹⁷. Os pesquisadores que estiveram em Povoação de São Lourenço perceberam além das manifestações culturais identificadas, uma grande presença de negros, que segundo os estudos apontaram para uma estreita relação com a escravidão negra. Nesse momento, a questão étnica surge como um elemento importante para a constituição da história da comunidade. Apesar da grande presença de negros, a identidade étnica ainda não era assumida por todo o grupo e a questão quilombola era desconhecida da maioria dos moradores. Essa afirmação é constatada pelo relato abaixo:

existe uma particularidade muito grande em São Lourenço e tem haver com a intervenção de um pesquisador como agente público, quando eu cheguei em Povoação eu era um cientista social formado. Mas eu estava como secretário de Ação Social, e ao chegar lá na comunidade, nós identificávamos na comunidade a identidade quilombola, mas a própria comunidade não se identificava, não tinha a autoidentificação, não é, embora começássemos a perguntar, fazer perguntas que remetia a identidade, eles respondia, mas não se dizia como quilombola, como acontece com muitas outras comunidades. (Ex-secretário, setembro de 2012).

Com a entrada desses pesquisadores e a atuação de gestores da Prefeitura de Goiana, algumas pessoas de Povoação de São Lourenço foram estimuladas a refletir sobre essa origem. Com a efervescência da questão quilombola no Brasil, o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo passou a ser discutido com um pequeno número de moradores que teve o apoio de atores externos, levando a concretização do processo de reconhecimento étnico da comunidade pelos órgãos oficiais.

¹⁷ Projeto de Levantamento das referências culturais do Litoral Norte de Pernambuco, onde participei como assistente de pesquisa e tive o primeiro contato com o município de Goiana ao identificar as manifestações do seu patrimonial material e imaterial, e o Inventário das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, realizado pelo IPHAN. As duas pesquisas utilizaram a metodologia de Inventário Nacional Referência Culturais.

Em 2003, uma articulação realizada pela gestão municipal e a Comissão Estadual Quilombola inicia o processo de identificação étnica da comunidade Povoação de São Lourenço junto aos órgãos responsáveis. Com o objetivo de integrar os membros da comunidade a discussão sobre os quilombolas, dois representantes foram convidados a participar do II Encontro das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas de Pernambuco, realizado na Comunidade Conceição das Crioulas¹⁸, no município de Salgueiro.

Ao participar desse evento eles são inseridos no universo da organização política das comunidades negras rurais e quilombolas do Estado de Pernambuco. Esse evento teve como desdobramento a criação da Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco. Essa organização tem como objetivo:

a articulação das comunidades quilombolas para que a luta pela garantia dos direitos dos quilombolas avance de forma integrada e cujas prioridades de atuação são a luta pela titulação dos territórios quilombolas, por políticas sociais que contribuam para a inclusão dos quilombolas e pela garantia de recursos para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda (Comissão Pró-Índio, 2013)

Assim, é importante ressaltar que desde a aprovação na Constituição de 1988 do Artigo 68 do ADCT, os termos “remanescentes de quilombos” e “quilombolas” se fizeram presente na agenda política nacional. A discussão em torno da regularização fundiária é integrada às ações governamentais e tem como principal consequência o surgimento de uma série de confusões a respeito do termo remanescente de quilombo e quais seriam os grupos que poderiam ser enquadrados nesta categoria.

O reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo é inserido no ordenamento jurídico brasileiro e torna-se uma categoria jurídica que teve que ser reinterpretada, pois o conceito de quilombo histórico não se aplicava a realidade atual das comunidades negras que tem sua origem relacionada à ancestralidade negra, conforme definiu o Decreto 4887/2003.

Nesse contexto o apoio dos antropólogos foi essencial para que esse debate fosse levado aos espaços acadêmicos, dando início a construção de um conceito “ressemantizado” ultrapassando o caráter histórico que o termo tinha até então. A ideia de resistência e fuga que supostamente marcaria a história das comunidades que reivindicam o direito estabelecido pela

¹⁸ Conceição das Crioulas foi uma das primeiras comunidades reconhecidas no Estado e juntamente com a comunidade de Castainho em Garanhuns receberam a titulação de seu território de acordo com a legislação da época. Nesse período a Fundação Cultural Palmares era o órgão responsável pelo processo de reconhecimento étnico e regularização das terras.

legislação atual foi deslocada para um sentido relacionado à história dessas comunidade e sua relação com a escravidão negra (O'Dwyer, 2002).

Para O'Dwyer (2002) a utilização do conceito de grupos étnicos contribuiu de forma significativa para a “ressemantização” do termo quilombo, assim como, para inserir outras comunidades nesta categoria. Arruti (2006) refere-se às comunidades quilombolas como uma categoria social recente que surge com força dentro da questão agrária brasileira. Elas seriam uma tradução das antigas comunidades negras rurais que passaram a ser englobadas no termo remanescentes de quilombos, ampliando o conceito e extrapolando a associação direta que era feita com os quilombos históricos.

A construção dessa definição teve a importante contribuição dos antropólogos brasileiros. Em meados dos anos 1990, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) introduziu ao debate a importância da opinião dos grupos sociais. Os antropólogos foram atores importantes neste processo ao focar a situação atual dos atores sociais envolvidos (O'Dwyer, 2002).

A discussão ganha novos elementos que estão fundamentados nas pesquisas etnográficas, assim, percebe-se um deslocamento da utilização dos conceitos antropológicos como etnicidade e grupos étnicos para o campo político. O termo remanescente de quilombo é pensado a partir da contribuição desses conceitos. O “quilombo” é compreendido como um fenômeno e a ele está relacionado um processo de construção social, situacional, que o afasta de qualquer modelo naturalizado (O'Dwyer, 2002).

O debate do reconhecimento das comunidades étnicas em torno da desigualdade de oportunidades foi marcante para reconfigurar o panorama das relações de poder presentes nesse processo. Essa questão é apontada por Hall:

no passado, eram articulados como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas como contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global (Hall, 2003 p. 54).

O texto constitucional teve como principal desdobramento a instituição de outros instrumentos legais. Mesmo sem a existência de um consenso em torno da discussão, foram criados mecanismos para garantir a efetivação dos direitos adquiridos para complementar e esclarecer melhor o que deve ser entendido como remanescentes de quilombo.

As comunidades quilombolas, ao estabelecer um diálogo mais intenso com o Estado, têm suas demandas inseridas na agenda nacional, caracterizando um “certo avanço” para a

efetivação dos direitos étnicos. O Brasil, como país signatário da Convenção 169 da OIT, passa a referenciar as comunidades quilombolas nas diretrizes das ações do Estado. A construção de políticas públicas que atendam às demandas dessas comunidades estabeleceu uma relação com o poder público. As comunidades são representadas por suas associações comunitárias, exercendo um papel de interlocutor entre os moradores e os espaços de tomadas de decisão.

A identidade quilombola é incorporada ao contexto político como mais um elemento das discussões sobre a atuação do Estado frente às demandas das identidades coletivas. A realidade nacional se transforma em palco das discussões sobre a diversidade dos grupos sociais. Essa perspectiva de mudança na lógica social cria novas categorias mantendo o diálogo com a alteridade. O poder é visto como algo essencial e sua relação com a cultura gera outras relações de poder (WOLF, 2003).

A regularização do território, nos moldes da política vigente, não é a principal reivindicação de Povoação de São Lourenço. Isso não significa que o território não seja importante para as pessoas que estiveram à frente desse processo. Com o reconhecimento oficial, o termo quilombola é inserido no discurso das lideranças, a fim de mobilizar os demais moradores da comunidade a se identificar como quilombolas.

Para muitos moradores de Povoação de São Lourenço o termo quilombola era visto como uma brincadeira, durante dez anos a comunidade não incorporou essa identidade ao seu cotidiano. A Associação Quilombola não era acessada pela maioria dos moradores, mas, esta continuava a representar a comunidade e reforçar a identidade étnica, participando dos espaços públicos onde a identidade quilombola é acionada para a reivindicação dos direitos atribuídos a esta categoria social.

Em Povoação de São Lourenço, o processo de identificação quilombola não levou em conta as especificidades e as variações dos posicionamentos dos moradores. A experiência da comunidade está inserida em um processo recente, marcado por muitas contradições, onde várias interpretações surgiram com a instituição de uma identidade étnica que é reconhecida pelo Estado como sujeitos de “direitos étnicos” (ARRUTI, 2006).

A organização de suas demandas junto ao Estado proporcionou a visibilidade das questões quilombolas, todavia o não reconhecimento dos moradores era apontado como um dos principais problemas a ser enfrentado pela comunidade. Neste contexto, a fragilidade da organização política do grupo é evidenciada, pois a maioria da comunidade não compreendia o que essa categoria poderia representar politicamente. Nesse sentido, é importante apontar que os registros da pesquisa de campo e de trabalhos realizados na comunidade por outros

pesquisadores, demonstram que a autoidentificação está em processo de discussão, incorporando-se gradualmente na organização política do grupo.

As políticas públicas desenvolvidas em Povoação de São Lourenço atendiam um grupo pequeno de moradores e não teve grande repercussão no aumento da participação dos moradores nas atividades da Associação Quilombola. Os “projetos” desenvolvidos pela Associação Quilombola tornaram-se motivos de indagações que não foram esclarecidas para a maioria dos moradores. A baixa participação dos moradores nas atividades da Associação, espaço onde essas questões poderiam ser discutidas, podem ser apontados como um dos motivos para a falta de esclarecimentos.

Apesar de não ser de conhecimento de todos, diversas ações foram desenvolvidas na comunidade por esta estar oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo. Conforme as informações da Presidente da Associação Quilombola foram identificados os seguintes projetos: o Consórcio Internacional Quilombola – realizado pela organização não governamental ADJUMBAY no ano de 2005; Olhares Cruzados, realizado em parceria com um grupo de Senegal que envolveu 40 adolescentes de Povoação de São Lourenço, no ano de 2006.

Outro projeto importante identificado foi o Quilombolas de São Lourenço - Projeto Imaginário Pernambucano, realizado pelo Laboratório de Design do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para confeccionar colares com linhas utilizando cascas e conchas, inspirados na tradicional rede de pesca. Além dos colares foram desenvolvido a marca, as embalagens e o material gráfico para participar da FENEART-Feira Nacional de Negócios do Artesanato, realizada anualmente no Centro de Convenções de Olinda. O Prorural e a Resex foram explicitadas como ações governamentais desenvolvidas na comunidade.

O Estado assume um papel de impulsionador desse processo com a construção das políticas específicas para a população quilombola e comunidades tradicionais. Os dispositivos legais construídos ao longo desse processo foram responsáveis por mudanças significativas nas comunidades, para acioná-los a comunidade precisa adaptar-se as exigências legais. A criação de entidades para representar as comunidades tem na figura da associação de moradores sua principal forma de organização política (ARRUTI, 2006; O'DWYER, 2002; WOLF, 2003;).

No próximo capítulo, será discutida a criação das Associações Comunitárias em Povoação de São Lourenço que assumem a função de representar os interesses locais, estas são entendidas como um dos principais desdobramentos dessas mobilizações políticas.

5. OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES: MARISQUEIRAS/PESCADORES E QUILOMBOLAS

A identificação de grupos que eram tidos como minoritários ou não identificados pelas categorias hegemônicas são trazidos à cena antropológica. Mayer (1987) define que os grupos e associações são formados por um grupo de pessoas interagindo entre si que manifestam certa uniformidade das condições de associação do grupo, podendo ser informais ou mesmo venha a constituir uma forma de cooperação. Neste sentido, os quilombolas e marisqueiras e pescadores podem ser compreendidos a partir desse contexto. As relações sociais estabelecidas com a formalização das Associações Comunitárias as inserem em redes sociais onde elementos identitários são evidenciados pelos atores externos e internos envolvidos.

Essas Associações podem ser pensadas a partir do conceito de redes sociais presente nos trabalhos de Barnes (1987) e Mayer (1987). O termo “rede” segundo Mayer (1987) aparece na obra de Radcliffe-Brow caracterizando a estrutura social como uma rede de relações sociais. A diferença na definição de Mayer consiste em identificar a rede não como uma estrutura da sociedade, e sim, a descrição das relações primárias marcadas pelas suas intensidades.

A compreensão do conceito de rede social de Barnes (1987) configura um conjunto composto das relações interpessoais que são o elo entre os indivíduos, e sua aplicação alcança diversas relações sociais. A rede seria uma abstração da realidade, onde são construídas as relações sociais de proximidade, de amizade, de poder, envolvendo uma variedade de elementos. As redes podem revelar elementos de cooperação, conflito e interesse da sociedade.

A existência desse sistema relacional, não pode ser compreendida sem considerar os antagonismo e equilíbrios dos segmentos formadores dos grupos sociais. O processo de formação das associações comunitárias revelou que essas motivações ganharam força, constituindo-se como identidades simbólicas que se transformaram em unidades de ação, apesar da existência de “clivagens” (DOIMO, 1984).

De acordo com Almeida (2008) os grupos sociais são representados por suas “entidades extrativistas, artesãos, pescadores e pescadoras e pequenos agricultores”. Essas entidades podem pertencer “a mais de uma rede”. O autor, ainda, aborda que o caráter territorial destes grupos (movimentos) não está atrelado:

à divisão político-administrativa, a uma rígida fronteira separação de etnias, a uma base econômica e transcende à usual separação entre o rural e o urbano, redesenhado de diversas maneiras e com diferentes formas organizativas as expressões políticas da sociedade civil (ALMEIDA, 2008, p. 30)

Como afirma Almeida (2008) existem associações que estão simultaneamente em duas ou mais redes de movimentos o que desautoriza um simples somatório de componentes das redes. Isso pode contribuir para a expansão de “formas organizativas e de reivindicações”. As Associações Quilombola e das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço participam de diversas redes sociais que contribuem para a construção dos discursos das principais lideranças que relacionam à identidade quilombola a sua “origem” e à identidade de marisqueira ao “trabalho com a pesca e o marisco”. Desta forma, o fator identitário se destaca conforme afirma o autor.

O critério político-organizativo sobressai combinando políticas de identidades da qual lança mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonismos e aos aparatos do Estado. O fator identitário e todos a eles subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declarar seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmação de uma territorialidade específica e encaminharem organizadamente demandas face ao Estado. (ALMEIDA, 2008, p. 30)

Diante desse contexto, percebe-se uma ampliação das ações do Estado com o atual modelo de descentralização das políticas públicas. No caso das comunidades remanescentes de quilombo e de pescadores artesanais, não são apenas as instituições federais responsáveis pela aplicação das ações junto a estes grupos, a atuação dos estados e municípios também influencia a organização política das comunidades.

Ao acompanhar as reuniões realizadas no CVT – Marisqueiras que visava à implementação do “Projeto da Água”, assim denominado pelos moradores, observei como os participantes em suas falas expressavam a importância da presença do “poder público”. Nas conversas fora do espaço das reuniões eles reforçavam que essa presença estava fazendo a comunidade acreditar que a situação de Povoação de São Lourenço poderia mudar.

O “Projeto da Água” refere-se à ação de infraestrutura para a ampliação do sistema de abastecimento de água através da construção de poços, reservatórios e rede de distribuição, implementada pelo governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, por meio do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Agricultor – ProRural que desenvolve junto às comunidades quilombolas o Projeto de Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas de Pernambuco – PPCQ, financiado pelo acordo realizado entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Fundo Japonês, intermediado pelo Banco Mundial para a implementação de um sistema de abastecimento de água para atender às famílias de Povoação de São Lourenço que sofre com a falta de água. O “Projeto” é um termo incorporado ao

cotidiano dos moradores. O problema do abastecimento de água foi um fato que aglutinou as forças políticas da comunidade.

A comunidade vivencia um momento de ebulição no tocante a sua organização política. Com a presença dos profissionais do Estado, o papel das Associações ganha destaque com sua participação nos processos de tomadas de decisão para a implementação do projeto de abastecimento de água. No entanto, foram identificados vários problemas na organização dos grupos que se transformaram em entraves que precisaram ser solucionados pelos técnicos que tiveram como principal consequência o fortalecimento dos canais participativos dos grupos.

Nesse momento todos estavam de alguma forma se “unindo para o bem da comunidade”. Os técnicos identificaram que os moradores precisavam de mais esclarecimentos sobre o que significava a comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombo. Assim, foi estimulada a participação da Associação das Marisqueiras e Pescadores nesse debate, e aos poucos o termo quilombola incorporou-se ao cotidiano de Povoação de São Lourenço.

A “união” é sugerida como uma forma de solucionar os conflitos entre os grupos, assim como um meio de fortalecer a participação das Associações no processo de implementação de políticas públicas. Esse fortalecimento pode ser visto no caso específico da Associação Quilombola onde houve um aumento do número de moradores associados. No caso da Associação das Marisqueiras e Pescadores, a criação da Associação representou um avanço na representação política no tocante às questões do trabalho com a pesca e outras ações.

A comunidade se apropria do discurso da garantia de direitos e a participação nas reuniões é entendida como a possibilidade de resolver os problemas da comunidade. A afirmação dos técnicos do Estado que o sucesso ou fracasso do projeto é de responsabilidade dos grupos envolvidos, é reconhecida pelos moradores, mas estes responsabilizam o governo pela inoperância na resolução dos problemas enfrentados pela comunidade. A situação vivenciada em Povoação de São Lourenço pode trazer mais elementos para que a participação política das Associações seja fortalecida através dos canais políticos e sua história de mobilização vai ganhando novos contornos.

O apoio do Conselho Pastoral da Pesca e o do Movimento de Pescadores e Pescadoras à comunidade é evidenciado pelas marisqueiras, assim como pelo governo do Estado que identifica nessa ação conjunta uma forma de fortalecer a rede social em torno das questões identitárias. A atuação desses atores contribuiu para o fortalecimento do papel das mulheres no processo de mobilização política da comunidade.

A seguir será apresentado o processo de formação das duas Associações e a implementação das ações de fortalecimento do protagonismo da comunidade.

5.1 Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço

A dimensão do trabalho configura-se na comunidade como uma das principais formas de organização econômica que tem como principal consequência a mobilização das marisqueiras e pescadores. A maioria dos moradores que sobrevivem da pesca são cadastrados na Colônia de Pescadores de Tejucupapo – Z-17, essa instituição trata também das questões trabalhistas. Os benefícios da previdência social, auxílio natalidade, auxílio doença foram citados como os que podem ser acessados através da Colônia. A comunidade não possuía uma organização política local legalmente constituída.

A questão ambiental mobilizou as marisqueiras e pescadores para o processo de implantação da Resex Acaú-Goiana e fortaleceu a organização interna do grupo. Geralmente, a construção e a implementação de políticas públicas não consideram as especificidades locais, muitas ações fracassaram por não estabelecer uma relação dialógica com a comunidade. Assim, compreender as dinâmicas internas pode contribuir de forma significativa para sua implementação e efetivação. Os problemas internos de organização sociopolítica dos grupos e a necessidade dos técnicos do Estado em cumprir metas aceleraram o processo de organização política em Povoação de São Lourenço.

Em 2011, as marisqueiras se organizaram para conseguir “melhorias” para a localidade. Criam a associação com apoio de alguns candidatos a vereadores municipais, passando a representar os moradores que vivem da pesca. Um dos fatos mais relevante desse processo é evidenciado com a participação direta dessa entidade como membro da diretoria no Conselho Deliberativo da Resex Acaú-Goiana. Contudo, a narrativa da presidente da Associação revela o descrédito com o poder público e a vontade de ver a comunidade se “desenvolver”.

Bora formar a associação. Vai ser última vez que dou crédito pra essas coisas, eu não acredito. Já tá com 60 anos que a gente vive nessa mesmice vem gente só nos enganar. O processo durou quase um ano, uns políticos, deu suporte para criar a associação. A gente não tinha dinheiro. Mas foi mais por conta da Colônia já fazia tempo que não tem nenhum benefício da Colônia. A gente tem o INSS, o direito do pescador em geral, mas benefício em si não. O que era interessante é que a gente não sabia o que tava acontecendo no meio da pesca. A gente criou a associação pra ver se melhorava a comunidade. Como o governo ia saber que a gente existia se a gente não tinha registro, é mesmo que uma criança sem registro. Pro governo é como se gente não existisse (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, fevereiro de 2013)

De acordo com Potiguar Júnior (2007) o fato dos pescadores não se sentir totalmente representados pelas Colônias de Pescadores levou as lideranças pesqueiras a criar organizações que representasse de forma efetiva os profissionais e seus interesses. Essa situação é evidenciada em Povoação de São Lourenço e foi ela que impulsionou a mobilização das marisqueiras para a formação de uma Associação que representasse o grupo. Ainda, de acordo com autor isso ocorreu devido:

a postura de omissão destas entidades oficiais tem provocado discussões entre as lideranças pesqueiras, pois estas entendem que sua postura assistencialista e seus dirigentes pouco contribuíam para a efetiva representação dos pescadores no Brasil, já que não perpassa somente pela questão material, mas também por organização. Diante da insatisfação da postura assumida pelas entidades oficiais na pesca, alternativas organizacionais foram acionadas, desembocando na criação de sindicatos, associações nas esferas nacional, estadual e municipal em que o enfoque político é uma marca registrada, demonstrando um diferencial diante de sua subjugação no processo histórico do Brasil (POTIGUAR JÚNIOR, 2007, p. 54).

Apesar das marisqueiras acessarem alguns benefícios através da atuação da Colônia Z - 17 de Tejucupapo¹⁹, o que é reforçada é a necessidade de uma representação local para que possam atuar em busca de melhorias para a comunidade. A existência de uma entidade que representasse esses profissionais é percebida como uma forma de participar de forma direta nos processos de tomadas de decisão.

A formação de uma Associação constituída pelos próprios moradores levou um grupo de mulheres a refletir sobre os problemas enfrentados pela comunidade e como sua criação poderia contribuir para buscar junto à esfera pública meios para solucionar esses problemas. A Associação de Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço ao representar a comunidade possibilitou o acesso ao benefício do Programa Bolsa Verde²⁰, citado pela presidente:

benefício o que veio, eu acredito, eu espero que seja benefício, é um incentivo do governo que veio foi a Bolsa Verde, tá em processo, já tá aprovado, mas ninguém

¹⁹A Colônia de Pesca faz parte da estrutura criada pelo governo federal para regular a atividades dos “profissionais/trabalhadores do mar”, que conta ainda com a Confederação Nacional dos pescadores (CNP), Federação Estadual de Pescadores. A inscrição na Colônia e no IBAMA garante que os pescadores desempenhem suas atividades contem como tempo de serviço para fins de aposentaria.

²⁰ Conforme estabelece o Decreto 7572 de 28 de setembro de 2011, o Programa Bolsa Verde é um ação do Ministério do Meio Ambiente que incentiva a transferência direta de recursos financeiros para incentivar a conservação dos ecossistemas. Seus objetivos são o promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais. São considerados beneficiários desse Programa as famílias que estejam em situação de extrema pobreza e exerçam atividades de conservação ambiental das áreas utilizadas por elas.

ainda tá recebendo. É 300 reais de três em três meses por dois anos, enquanto assim, os recursos naturais se desenvolva mais. Porque é pouco, tá diminuindo cada dia mais. A Bolsa Verde é pra preservar o meio ambiente não só o mangue, mas o estuário, a mata nativa que tão destruindo. Aí veio o incentivo do Bolsa Verde. Um dia, um da parte da Paraíba disse assim: “Agora morrer de fome a gente não morre não”, mas isso não é tudo, não resolve o problema do mês. A Bolsa Verde não é tudo. (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, março de 2013)

O programa Bolsa Verde foi apontado como único benefício que chegou até agora com a implantação da Resex. Atende os pescadores e extrativistas que utilizam a Reserva e tem critérios que muitas vezes dificultam o trabalho da Associação, pois os membros acreditam que é a presidente que detém o poder de escolher quem serão os beneficiados pelo programa. O “viver” e “sobreviver” foram por muitas vezes utilizadas para representar o “trabalhar”. A liderança utiliza-se da seguinte estratégia: não assume questões diretamente ligadas à execução do benefício, repassando para o órgão responsável as demandas relativas a esse programa.

Eu não resolvo, eu não me exponho, o pessoal do ICMBio vem e resolve. Um pessoal da família queria entrar, quem tem salário não podia entrar, que saber se o pescador tá pescando, aqui tem gente que não paga a Colônia que é pescador. Eu pago. Tinha que conscientizar as pessoas, se a gente diz que vai proibir o pessoal não acredita. O pessoal do ICMBio disse que tinha um critério quem tem salário não podia receber. Era só pra quem tá pescando. Vai ter regra pra pescar, se entrar alguém que não vive só da pesca vai prejudicar os outros que vive. A gente tem que lutar pelo nosso espaço. [...] muitos diz por aí eu tenho direito, eu sou pescador, eu paga a colônia. (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, março de 2013).

O fato de parte de sua família está inserida no programa é justificada em seu discurso pelo fato de seus parentes viverem da pesca. A falta de compreensão da comunidade é considerada pela Presidente da Associação de Marisqueiras um motivo para não continuar à frente da Associação. O apoio e a compreensão de seu marido foi apontado por ela como algo positivo em meio à falta de apoio dos demais:

o mandato acabava em novembro, eu vou abrir pra quem quiser. Ainda quem tem marido compreensivo é bom, eu ainda tenho, e ele ainda entende, mas não aprova. Se alguém me considerasse, as pessoas me apoiasse, se não tão recebendo não é culpa minha. Que culpa tenho eu se minha família de parte mãe, não é querer botar, é ser, eu não tenho culpa de eu e minha família de parte de mãe viver de maré, que culpa eu tenho se elas entraram, elas entram por que vive de maré (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, março de 2013)

Os direitos devem ser destinados exclusivamente aos moradores que trabalham na maré, portanto não beneficiariam os pescadores que possuem outros empregos. A busca por trabalhos em outras áreas como agricultura, construção civil, doméstico e outras atividades é percebida

como algo temporário. A pesca seria a alternativa de renda permanente, o emprego é passível de demissão e apontado como necessário para melhorar as condições de vida das famílias.

eu não concordo com essa exclusão de pescador que trabalha com outra coisa. A gente não pode viver só da maré. Quando a gente consegue um trabalho não deixa de ser pescador não. A gente só quer melhoria de vida [...] o direito é do pescador (Morador, fevereiro de 2013).

eu sou filha de pescador, foi a maré que me criou, faço parte do movimento de pescadores desde pequena, participava dos eventos. Não é porque não dependendo só da maré para sobreviver que vou perder minha relação com a pesca (Moradora, fevereiro de 2013).

A discordância de alguns marisqueiras e pescadores a respeito do acesso aos benefícios não influenciou a adesão dos mesmos à Associação, atualmente possui 425 associados. A dificuldade maior estaria relacionada à participação do grupo em reuniões, o grupo tem dificuldade para se reunir, não há reunião mensal, todavia foi esclarecido que quando os associados são solicitados a contribuir para que seja executada alguma atividade eles contribuem:

reuniu poucas vez, a gente tem dificuldade pra fazer reunião, tem dificuldade de fazer sozinha com a nossa Associação. A gente tem problema na associação, a gente junta a Diretoria e resolve. Ainda posso contar com meu suplente na Resex, ele é do Conselho Fiscal da Associação. A dificuldade de participar das reuniões é que tem escrever que anota muita coisa, tem que ter a cabeça fresca (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, setembro de 2012).

Outro fator que dificulta a realização de reuniões com todos os sócios que foi apontado reside no fato de muitos moradores terem que buscar outros trabalhos, principalmente nos períodos onde os recursos naturais estão mais escassos. O período de férias que compreende os meses de dezembro a fevereiro é considerado o momento que o preço do marisco melhora, todavia a escassez dos recursos é apontada como um grande problema:

nesse período você raramente ver um pescador na pesca. A dificuldade é a união que não temos, tem mais de 400 sócios, mais de 100 são auxiliar de pesca. Esse é o pior período em relação a retirada do recurso, e o melhor período de preço, nesse período é 8 reais, 6 reais para o atravessador (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, setembro de 2012).

O processo de formação da Associação é algo recente, muitos problemas ainda poderão surgir, contudo se percebe que o fato de constituírem uma entidade representativa os deixam

mais próximos das esferas governamentais que atuam com as políticas públicas destinados aos povos tradicionais, onde estão incluídos as marisqueiras, pescadores e quilombolas.

5.2 Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço

O processo de constituição da Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço teve seu início com o processo de reconhecimento no ano de 2003. Inicialmente, envolveu um pequeno grupo formado por pessoas ligadas por relações de parentesco e amizade que após a intervenção de atores externos foram estimulados a discutir sobre o que seriam as comunidades remanescente de quilombo, assim como a existência do elemento étnico na formação histórica da comunidade.

Nas entrevistas com os agentes externos, a afirmação “eles são quilombolas” era recorrente e utilizada como forma de reafirmar a importância da comunidade conhecer sua história e acessar os direitos adquiridos com a aprovação dos dispositivos constitucionais que garantiram a formulação e implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas.

As primeiras tentativas de mobilização aconteceram em atividades religiosas, principalmente com o grupo de jovens. A identidade quilombola foi reforçada unindo elementos da história da comunidade e do município de Goiana. É com as ações ligadas ao patrimônio material e imaterial de Povoação de São Lourenço que esses elementos são identificados e a presença negra na comunidade foi identificada não apenas em sua população, como também em diversas manifestações culturais de origem afro-brasileira.

Para a presidente da Associação Quilombola, nesse primeiro momento foi bem difícil compreender como essa relação seria possível, mas à medida que se integrava às redes sociais onde esse tema era destaque, essa ligação ficava mais evidente. A participação em eventos como representante da comunidade contribuiu para ampliar o conhecimento sobre a questão quilombola, além de conhecer as realidade das comunidades quilombolas de Pernambuco e dos demais estados do Brasil. Ao iniciar o debate na comunidade surgiram os problemas relativos a não incorporação da identidade quilombola por parte da maioria dos moradores. A presidente da Associação reforçou que:

a pele não importa, a cor da pele não importa não. O que importa é minha ancestralidade, a comunidade tem que se “autoidentificar-se”. Se eu digo que sou negra, não é ninguém que vai dizer que eu sou não Eu digo a eles se eles não querem

ser quilombolas, a comunidade não vai deixar de ser quilombola, por que ela já é certificada. Já demos esse passo. Temos o certificado. (Presidente da Associação Quilombola, setembro de 2012)

A falta de “interesse” pela questão quilombola era frequentemente atribuída a rejeição por parte de alguns moradores por ser associada diretamente à escravidão negra. Todavia é importante apontar que também estaria relacionada à falta de informação. Ao entrevistar os moradores sobre a identidade quilombola era enfatizado o desconhecimento dessa identidade, conforme relata uma moradora “como aceitar o que a gente tá conhecendo agora?”.

Assim, a maioria dos interlocutores dizia ter ouvido, mas não compreendia a dimensão política da categoria quilombola. Nas atividades desenvolvidas com os jovens, público identificado pela Assessora Técnica do Projeto de Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas de Pernambuco - PPCQ para atuar como multiplicadores, foi identificado a preocupação dos jovens com o racismo. A preocupação de ser tornar vítima de violência racial foi evidenciada pela assessora técnica que acompanha a implementação do “Projeto da Água” na comunidade. Essas relações foram apontadas como entraves que tem dificultado o desenvolvimento das ações junto à juventude. Mas, essa negação pode ser interpretada como um indicador do reconhecimento de uma relação com a ancestralidade negra, por ora “rejeitada”.

A juventude tem preconceito, a participação é pouca na reunião, eles têm medo de assumirem-se negros e serem vítimas de racismo. Já os mais velhos não sabem se querem esses direitos. Se têm, não sabe se quer esse direito. Nas visitas, muitos me diziam “eu nem sei o que é quilombola e não sei se quero”. Eles me perguntavam “que direito eu tenho?” Minha filha se eu vou te dizer a gente vai passar o dia todo falando é tanto que vocês não tem noção. Na CELPE se for e se reconhecer quilombola você paga como agricultor, você pode acessar o bolsa família quilombola. Eles me perguntavam “por que aqui nunca teve isso”. Eu falei pra eles que deviam participar mais da associação (Assessora Técnica, março de 2013).

As reuniões e conversas com a assessora técnica repercutiram no aumento da participação dos moradores nas atividades que foram organizadas pelo governo do Estado de Pernambuco. A participação de acordo com as entrevistas era motivada pela oportunidade de ter acesso às informações sobre os benefícios que a comunidade teria direito por ser quilombola. Outro motivo apontado residia na possibilidade de realização de uma ação concreta, assim compreendida, pois os demais moradores foram convidados a participar do “Projeto da água” que seria implementado através da Associação Quilombola.

Assim, os técnicos do Prorural avaliaram que a única possibilidade de desenvolver o programa PPCQ na comunidade seria a entrada das marisqueiras e dos pescadores na

Associação Quilombola para fortalecer as discussões sobre o processo de construção e implementação das ações. A Associação de Marisqueiras foi convidada a integrar o “Projeto da água”, assim começou a mobilizar os seus associados a “autoidentificar-se como quilombola” e realizar o cadastro na Associação Quilombola. Como as marisqueiras também precisavam o fomento disponibilizado pelo governo do Estado, as assessoras técnicas vislumbraram que a inserção das marisqueiras na Associação Quilombola seria uma ação prioritária para a implementação do projeto. Caso a comunidade não conseguisse se organizar “o projeto teria que ir pra outra comunidade. A gente tem prazo, o governo quer que a gente cumpra a meta”. Após essa fala o crescimento no número de participantes nas reuniões foi visível.

A Associação dos Quilombolas tem poucas pessoas associadas, tá em processo de associar mais gente, por pressão minha. Eu pedi ajuda aos outros pessoal, disse que precisa se cadastrar. Pedi a técnica, pra pressionar, pra ter que cadastrar, ficou só naquele pequeno grupo, não se estendeu. Precisa divulgar, por isso tem pouca gente. Eu converso mais com o pessoal e fico falando que tem que se cadastrar, mas não se divulga, fica difícil (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, março de 2003).

O ProRural ajudou muito, veio muita pessoa grande pra aqui [...] foi só falar da água, que veio um bocado de gente, mas as pessoas tem que se associarem. Pra reunião a gente convida todos os pescadores, mas antes eles não participava, esse movimento veio depois do “Projeto da água” (Presidente da Associação Quilombola, abril de 2013).

Os “benefícios” e “projetos” contribuíram para a ampliação da discussão em torno da identidade quilombola. Quando alguns moradores tiveram acesso às informações sobre os direitos garantidos à população quilombola, e por já ser reconhecida pelo Estado como remanescente de quilombo, verificaram que a comunidade poderia acessar outros direitos e não o fizeram:

A participação da liderança quilombola em espaços organizativos do movimento quilombola também foi identificada como uma importante rede acessada pela Associação. É a partir desse acesso que a comunidade se inseri nas ações do PPCQ que tem dentre um dos seus objetivos regularizar a situação jurídica das associações comunitárias das comunidade quilombolas no Estado. No caso de Povoação de São Lourenço, além da prestação de contas e elaboração de novo estatuto, seria necessária a realização de uma eleição para escolha da diretoria:

Vai ter eleição, na presidência da associação pode ser qualquer uma, vou divulgar na divulgadora, vai ser três pessoas, se optar por mim tudo bem eu fico, mas eu queria

botar outra pessoa, o que não pode ser tirado a representação do município, se eu não disser ninguém vai saber que existe uma comunidade quilombola (Presidente da Associação Quilombola, março de 2013)

A presidente da Associação Quilombola considera que a eleição pode representar uma mudança na diretoria, mas esta não refletiria sobre a representação no município. Essa afirmação também é relacionada pela mesma ao tratar da representação dentro da “Comissão Quilombola”, da qual ela participa e é representante da mesma nos fóruns e Comissão de Trabalhadoras Rurais.

5.3 “O Projeto da água”: a “união” das Associações

Durante a pesquisa muitos problemas foram relatados que aponta para uma sensação de abandono por parte dos gestores públicos. A falta de infraestrutura, dificuldade em acessar às políticas públicas; falta de um prédio adequado para o “posto de saúde” e a escola, assim como a falta espaços de lazer foram citados pelos moradores como exemplo desse abandono. As resoluções destes problemas por parte do Estado é vista como uma possibilidade de melhoria das condições de vida da comunidade.

A situação da escola é um exemplo. Tem tempo que tá funcionando em anexos. A falta de um prédio pra escola prejudica as crianças. O pessoal não entende quando eu digo que essas crianças tão perdendo a identidade escolar. Se perguntar a eles onde estudam? Eles vão dizer na igreja, no bloco, no clube (Presidente da Associação Quilombola, março 2013).

O problema evidenciado como o mais grave enfrentado pela comunidade é a falta de água. Apesar do problema não atingir diretamente todos os moradores, pois alguns são atendidos pelo abastecimento de água. As queixas sobre a péssima qualidade do serviço de abastecimento de água na localidade apareceram em muitos relatos, essa situação é considerada pelos moradores como mais uma situação de “descaso” enfrentado pela comunidade.

A implementação do Projeto de Promoção de Protagonismo de Comunidade Quilombolas de Pernambuco possibilitou que a comunidade desenvolvesse um projeto com apoio técnico dos profissionais do governo do Estado e financiamento de organizações internacionais. A escolha por uma ação de infraestrutura de abastecimento de água e a implementação desta tornou-se um fator de mobilização dentro da comunidade. O “Projeto da água” se transformou numa ação conjunta entre as duas Associações e mobilizou muita gente

em torno da Associação Quilombola. Estimular a participação da comunidade não foi uma tarefa fácil, assim o fortalecimento dos canais de participação existentes tornou-se fundamental para a execução do projeto:

dentro do PPCQ um dos temas é o fortalecimento das instituições, diagnóstico participativo, de cada dessas comunidades, elaboração de plano de desenvolvimento quilombola, onde levantam todas as questões das dificuldades, dos problemas existente e juntos elaborarem um plano para buscar soluções dos problemas existentes na comunidade. Faz-se todo plano pra que com esse instrumento se possam reivindicar algumas ações junto aos órgãos competentes (Coordenadora do Programa, dezembro de 2012)

O “Projeto da água” como mencionado anteriormente compreende a construção de reservatórios, poços e rede de distribuição. Segundo a coordenadora uma série de documentos (estatuto, ata de eleição, documento da presidente e do tesoureiro, bancários) é solicitada pelo órgão financiador. A Associação Quilombola estava com a documentação desatualizada. O período do mandato da atual diretoria estava “vencido”, e a partir dessa constatação foi necessário realizar uma nova eleição para dar prosseguimento aos trâmites legais para registro das alterações do Estatuto da Associação.

Um dos principais problemas identificado pela equipe técnica que desenvolve os trabalhos na comunidade é o reconhecimento da identidade quilombola. A necessidade de informar e ampliar a discussão sobre a questão étnica entre os moradores foi importante para a comunidade compreender e reconhecer os direitos destinados às populações quilombolas, bem como para os técnicos que enxergaram que dessa forma poderiam contribuir para o fortalecimento das instituições locais. A alternativa encontrada para resolvê-lo consistiu na “união” das duas associações.

Nas reuniões com os setores do governo a comunidade era representada pela Associação Quilombola. A “união” é compreendida pela liderança da Associação das Marisqueiras como necessária para o “Projeto da água” e outros que a comunidade pode acessar junto às instituições governamentais. A identificação da Associação das marisqueiras como uma organização representativa na comunidade foi fundamental para o processo de mobilização.

A gente queria nos unir de verdade, não de fachada, aqui ninguém se une. Não se une associação com associação, dentro da mesma associação tem problema [...] Entrei no Conselho de Goiana na Diretoria de Projeto, a maior dificuldade não é nem o governo, a dificuldade não é prefeito é a união que não temo (Presidente da Associação das Marisqueiras e Pescadores, abril 2013)

As divergências internas foram constantemente mencionadas pelos moradores, pelos técnicos e observados durante o trabalho de campo. As relações de alianças entre os grupos mostraram que essas divisões são relacionadas a conflitos entre os grupos desde o “tempo de nossos avós”.

A intervenção da Secretaria da Mulher do governo de Pernambuco que desenvolvia ações com as trabalhadoras da pesca na comunidade, possibilitou o acesso de recursos destinado ao segmento de mulheres. Com isso, a interação entre os grupos foi uma consequência da necessidade de uma ação conjunta. Assim, a comunidade poderia acionar a execução do projeto utilizando o orçamento máximo estabelecido pelo programa:

ela já estava certificada como quilombola. Mas algumas coisas que foi repassado pela assessora técnica, elas acompanham cada uma dessas comunidades, são elas que prestam o serviço de ATER. A marisqueira ela é quilombola e ela não interfere na Associação. A Associação é acessada por um pequeno grupo. A Associação precisa ser de todos (Coordenadora do Programa, dezembro de 2012).

Um dos objetivos do programa PPCQ é capacitar a comunidade para que ela possa acessar outros projetos junto aos setores governamentais e não governamentais. Para a coordenadora, as comunidades mais organizadas são as que acessam um maior número de projetos, por isso, o programa priorizou as associações e as comunidades que tem “certo nível de dificuldade” de organização, gestão e estruturação. Assim, essas comunidades só alcançarão as políticas públicas quando estiveram organizadas. Isto é visto como uma forma de preparação para as comunidades receberem os projetos.

Esse plano é um mapa geral, a gente começa pelo diagnóstico que a gente ver toda a situação até formar essas instituições e deixar elas todas regularizadas e a partir daí elaborar os planos, que é identificar todas as instituições e todos os canais de participação dentro delas e fora delas e depois as políticas existentes. E espaços que elas participam. Faz uma grande discussão com todos os atores principais que são as comunidades e as lideranças, e como as instituições que venha a estarem envolvidas em todo esse processo com eles (Coordenadora do Programa, dezembro de 2012).

Com a reformulação do estatuto verificou-se a necessidade de realização de uma eleição para a diretoria da Associação Quilombola. Em atendimento à solicitação da presidente acompanhei esse processo, participando de dois momentos: o primeiro para a formação da comissão eleitoral e o segundo, o dia da eleição. O processo eleitoral foi um momento relevante, pois decidir quem seriam os representantes da comunidade perante o poder público, contribuiu para a comunidade refletir sobre a importância de suas instituições locais e como estas podem contribuir para pressionar o Estado no atendimento de suas demandas.

Figura 22 - Fotografia- Comissão Eleitoral



Fonte: Autora, 2013

Figura 23 - Fotografia - Reunião das Associações com representantes do ProRural/PE, da Secretaria da Mulher no Centro Vocacional Tecnológico – CVT



Fonte: Autora, 2013

Nesse processo observei diversas nuances da organização social do grupo. O descontentamento com a situação da comunidade, as queixas com relação à centralização de informações, as indagações sobre os recursos financeiros da Associação Quilombola e as alianças formadas foram fundamentais para compreender um pouco mais das relações entre os grupos e como a questão da identidade étnica ganhou espaço nas discussões da comunidade.

Os técnicos do Prorural que estavam assessorando esse processo acreditavam que seria formada “uma única chapa, foi uma surpresa para nós, uma grata surpresa ter duas chapas”. Um grupo ligado ao movimento dos pescadores e funcionários ligados à Secretaria de Saúde Municipal formaram uma chapa para concorrer à eleição. A presidente da Associação Quilombola acreditava que seria formada uma diretoria com as pessoas que estava participando das reuniões para implementar o “Projeto da água”. Esse fato gerou um grande rebuliço na comunidade, a presidente logo se articulou com alguns moradores para formar uma chapa para disputar a diretoria da Associação.

Assim, a chapa 1 “Pra haver mudança é preciso ter confiança, representava o grupo ligada a atual presidente e a Chapa 2 “Chegou a hora de mudar” foi formada pelas marisqueiras, pescadores e outros profissionais.

Figura 24 - Fotografia - Chapa 1 - Pra haver mudança é preciso ter confiança



Fonte: Autora, 2013

Figura 25 - Fotografia - Chapa 2 - Chegou a hora de mudar



Fonte: Autora, 2013

A eleição aconteceu no domingo dia 07 de julho de 2013, a escolha pelo final de semana levou em consideração o fato da maioria dos associados trabalharem durante a semana. O prazo para atender as exigências para que a comunidade pudessem acessar os recursos destinados ao “Projeto da água” era curto, mas a comunidade avaliou que depois da festa de São João seria o melhor momento para garantir uma maior participação dos moradores. No domingo, a eleição foi realizada e 480 associados estavam aptos para participar do processo eleitoral de escolha da nova diretoria.

Figura 26 - Fotografia - Eleição



Fonte: Autora, 2013

Figura 27 - Fotografia - Eleição



Fonte: Autora, 2013

O dia da eleição foi considerado pelos moradores um fato inédito na história de Povoação de São Lourenço. Foram seguidos os ritos de uma eleição para cargos das esferas governamentais. A apuração foi realizada com a presença de membros da comissão eleitoral e membros das duas chapas concorrentes. Participaram da eleição 405 associados, destes 183 votaram na chapa 1 e 219 moradores voltaram na chapa 2. Ainda foram registrados três votos nulos. Durante o dia muitas falas reforçavam que “São Lourenço acordou, agora a gente vai ver mudança na comunidade, o povo agora tá participando”.

As dificuldades reveladas com a implementação do “Projeto da água” e a impossibilidade de sua execução, caso não houvesse a regularização da situação jurídica da Associação Quilombola, impulsionaram mudanças significativas na organização política do grupo. O fortalecimento da Associação, a ampliação da discussão da identidade étnica e seu reconhecimento por parte dos moradores, juntamente com a criação da Associação da Marisqueiras e Pescadores proporcionaram o fortalecimento das instituições locais que representam a comunidade.

Nesse sentido, os problemas identificados pelos técnicos e demais profissionais que atuam na comunidade e suas resoluções, demonstraram a importância em observar cada realidade de forma particular. As políticas públicas não podem ser aplicadas de maneira impositiva, a participação dos moradores no processo de tomadas de decisão precisa ser garantida, para que os mesmos possam com o conhecimento que detém sobre a história da comunidade, sua organização social, bem como de seus problemas contribuir na implementação das ações do poder público.

Dessa forma, a situação encontrada em Povoação de São Lourenço pode ser interpretada a partir da ótica de Gohn (2010) ao analisar o papel assumido pelas associações comunitárias:

neste novo século o movimento comunitário assumiu um novo perfil, de implantador de Projetos Sociais nas comunidades onde atuam. Projetos de inúmeros tipos e natureza voltados para a “inclusão social”. Usualmente não desenvolvem estes projetos sozinhos mas sim articulados com ONGs, ou outras entidades do Terceiro Setor (...) parceria com órgãos públicos, o trabalho voluntário de moradores, articulação com escolas da comunidade e etc. A visibilidade e o peso que os projetos sociais têm ganhado nos bairros e comunidade carentes têm construído e demarcado um espaço privilegiado na organização popular e no tratamento da própria questão social local (GOHN, 2010, 51 e 52).

É importante salientar que o fortalecimento das Associações pode ser compreendido também como uma forma que a comunidade encontrou para pressionar o Estado a garantir a aplicabilidade da legislação vigente nas quais a comunidade está enquadrada. A falta de

conhecimento dessa legislação, que no primeiro momento poderia ser visto como um grande problema, ao buscar soluções para resolver essa situação pode-se perceber como a ampliação da discussão sobre os direitos que comunidade poderia acessar, motivou a comunidade a buscar também soluções para a melhoria das condições de vida de seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos foram os desafios enfrentados para a conclusão desta pesquisa. A mudança de campo, abordada no primeiro capítulo, revelou como as especificidades de cada campo exige do pesquisador uma readequação dos métodos e das teorias utilizadas. A experiência vivida com esse trabalho demonstrou como de fato as comunidades não podem ser enquadradas em conceitos generalizantes e como a pesquisa antropológica é um instrumento importante para que essas particularidades possam ser interpretadas à luz das teorias que orientam o trabalho antropológico.

Ao considerar a investigação social como um processo caracterizado não apenas pela “exploração da realidade social”, observamos que nele está imbricado também um “jogo relacional” onde o pesquisador e os atores sociais colaboram para a elaboração da pesquisa. Partindo dessa afirmativa, considero que a experiência vivenciada neste estudo corrobora a existência desse jogo (RANCI, 2005, p. 61).

Ao iniciar a pesquisa muitas ideias e conceitos por mim cristalizados foram paulatinamente sendo desconstruídos. O levantamento preliminar de informações sobre a comunidade Povoação de São Lourenço apontava um grupo social reconhecido pelo Estado pela categoria jurídica remanescente de quilombo e que tinha como principal característica o desconhecimento por parte da maioria de sua população da identidade quilombola.

Muitas interpretações foram construídas a partir desses dois fatos, logo no início das observações identifiquei uma situação diferente do que tinha sido apresentado em outras pesquisas. A comunidade estava vivenciando um processo de formação da Associação de Marisqueiras e Pescadores, entidade que passou a representar os trabalhadores da pesca. Anteriormente, essa representação era exercida pela Colônia de Pescadores de Tejucupapo, entidade que continua a representar o grupo nas questões trabalhistas. A insatisfação com a situação vivida pela comunidade e a possibilidade de acessar diretamente os “projetos”, constituíram-se os principais motivos que suscitaram a organização política do grupo.

É nesse contexto que início minhas primeiras incursões em Povoação de São Lourenço. A fragilidade das entidades locais e o processo de mudança gerado com a implementação do “Projeto da água” são apontados pelos interlocutores como fatores responsáveis pelo aumento da participação dos moradores nas atividades comunitárias.

Diante desse contexto, a pesquisa que inicialmente visava analisar o impacto das políticas públicas em comunidades quilombolas direcionou-me para compreender as formas de

mobilização política dos grupos e seus desdobramentos. No caso de Povoação de São Lourenço a implementação de políticas públicas resultou no processo de mobilização dos moradores em torno da criação de instituições que representasse a comunidade. Duas associações ganharam destaque nesse processo: Associação das Marisqueiras e Pescadores e Associação Quilombola. Com isso, percebe-se o fortalecimento dos canais de participação, assim como a ampliação das redes sociais acessadas pela comunidade frente às ações do Estado.

Povoação de São Lourenço apresenta em sua história diversas situações em que o agenciamento de atores externos conduziu as ações dos grupos. A implementação de políticas públicas que tem como foco o desenvolvimento sustentável é percebido como um mecanismo importante para a mobilização desses grupos.

As associações comunitárias tornam-se o principal meio de comunicação entre o Estado e a comunidade. As associações se constituem como uma forma de poder que legitima as lideranças locais e as conduzem a possíveis disputas entre as associações e dentro das próprias associações.

Uma situação a ser destacada nesta pesquisa foi a aproximação e apropriação das marisqueiras e pescadoras da discussão étnica. A questão quilombola, anteriormente discutida por um pequeno grupo, é ampliada e surge como uma possibilidade para resolução do principal problema enfrentado pela comunidade, “a falta de água”.

A implementação do projeto de abastecimento de água mobilizou a comunidade e teve como consequência direta o aumento da participação dos moradores nesses espaços de tomadas de decisão. Neste contexto, é importante considerar a implementação de regras e normas para a utilização da área que compreende os manguezais considerado fonte de trabalho para muitos moradores. Com a criação da Resex Acaú-Goiana a Associação de Marisqueiras e Pescadores participa de mais um espaço político de decisão.

O processo de implementação da Resex Acaú-Goiana e o processo de reconhecimento étnico se constituíram ações que mobilizaram os grupos em torno das políticas identitárias. Acompanhar esse processo pela ótica da pesquisa etnográfica propiciou a identificação da heterogeneidade dos grupos sociais que constituem a população de Povoação de São Lourenço.

Em muitas situações o discurso utilizado pelos principais atores sociais desse processo unifica essas identidades como uma estratégia para fortalecer a organização política da comunidade. As trajetórias de mobilização política das marisqueiras e pescadores e dos moradores que se reconhecem quilombolas se configuram em um excelente exercício antropológico.

A participação das lideranças comunitárias em conselhos municipais, fóruns, comissões, conferências, espaços onde as políticas públicas são propostas e avaliadas, demonstra a importância para a comunidade Povoação de São Lourenço possuir duas Associações que representam os moradores nesses espaços. Entretanto, constata-se que caso a discussão não seja ampliada para todos os moradores, pode gerar o desconhecimento sobre as discussões realizadas nesses espaços e constituir um problema para a mobilização política dos grupos. Essa situação é mencionada nas narrativas como um dos motivos da não participação dos moradores na Associação Quilombola.

Compreender a dinâmica social de Povoação de São Lourenço é fundamental para a construção de um diálogo que considere essas diferentes identidades. Os conflitos identificados pelos interlocutores se tornaram relevantes para este trabalho, pois os caminhos trilhados por cada grupo contribuiu para compreender como estes se mobilizaram em torno das questões identitárias. A tentativa de acomodar esses conflitos pode não revelar faces importantes para a compreensão da realidade social dos grupos.

Os “projetos” e os “benefícios” são incorporados ao discurso das lideranças e o aumento da participação dos moradores nas Associações é uma situação nova vivenciada pela comunidade. Os projetos não se configuram apenas como uma possibilidade de acessar recursos para solucionar problemas sociais da comunidade, mas também influencia a mobilização e a participação popular.

Em relação aos projetos desenvolvidos em Povoação de São Lourenço é observado uma atenção à diversidade cultural, todavia o discurso da união dos grupos pode conduzir a implementação de políticas públicas, que ao não considerar as particularidades dos grupos envolvidos não atinja o resultado esperado. Considerar essas historicidades é um passo importante para compreender a realidade social em que os grupos estão envolvidos.

Nesta pesquisa observa-se a importância do reconhecimento da identidade quilombola pela comunidade e como este fortaleceu a organização política dos grupos. O fator identitário poderá contribuir para a implementação de novas ações do Estado destinadas às comunidades remanescente de quilombo.

Neste contexto, é importante ressaltar que a identificação de múltiplas identidades fortaleceu ainda mais o processo de organização política de Povoação de São Lourenço. Assim, a mobilização política das marisqueiras, pescadores e quilombolas contribuíram para a oficialização das Associações Comunitárias.

Assim, Povoação de São Lourenço vivencia um processo de mudança com a união da Associação das Marisqueiras e Pescadores com a Associação Quilombola em torno das discussões para a implementação do “Projeto da água”. Com isso, percebe-se a importância da mobilização e participação dos moradores nessas entidades para garantir a implementação de políticas públicas, visando a melhoria das condições de vida da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Elielton Alves de. **Território e Identidade: conflitos socioambientais na comunidade quilombola Onze Negras – Cabo de Santo Agostinho/PE** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- ALEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente – Modos de Relação com a natureza: complexidades socioambientais**, Curitiba, nº 18, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais, faixinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- _____. Quilombos e Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Catarino **Quilombos: identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA / FGV, 2002.
- ALMEIDA, Fernanda Cordeiro. **Manguezais Aracajuanos: convivendo com devastação**. Recife: Massangana, 2010.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa e PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Justiça local nas reservas extrativistas**. Raízes, Vol. 23, N°s 01 e 02, jan.–dez./2004
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste: o espaço e a economia nordestina**. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- _____. **Itamaracá, uma Capitania Frustrada**. Recife, FIDEM-Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, 1999.
- ARRUTI, J.M. **Mocambo**. Bauru: EDUSC, 2006.
- _____. Políticas Públicas para Quilombo in: PAULA, Marilene; HREINGER (orgs). **Caminhos Convergentes**. Bauru: EDUSC, 2006.
- _____. As emergências dos remanescentes de quilombos: nota para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: **Mana-Estudos de Antropologia Social**, outubro, v.2. n.3 p.7-38, 1997.
- ATHIAS, Renato. **A Noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquete Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Ed. Universitária, 2007.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. Org. FELDMAN-BIANCO, Bela. São Paulo: Global, 1987.

BARTH, Fredrick. Os Grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Camerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. **Quilombos Negros de Gilú**: Emergência Etnoquilombola e Territorialidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BRASIL. Constituição (1988) 18. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

BRASIL. Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. Decreto 26 de setembro de 2007. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. Decreto 6040 de 07 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. **Lei n.º 9985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação**. Brasília, 2000.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. **Democratização e Gestão Ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1998.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9.ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 2009.

BURITY, Joanildo A.; RODRIGUES, Cibele Maria L.; Secundino, Marcondes. **Desigualdades e Justiça Social**: Dinâmica da Sociedade. v. 1 Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

BURITY, Joanildo A, RODRIGUES, Cibele Maria L, Secundino, Marcondes. **Desigualdades e Justiça Social**: Diferenças Culturais & Políticas de Identidade. v. 2. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo Quinze, 2006.

_____. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

_____. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CLIFFORD, J. **A experiência Etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. **Negros, estrangeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DANTAS, Humberto e MARTINS JÚNIOR, José Paulo (org). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

DI CIOMMO, R. **Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha**. Ambiente e Sociedade, v. X. Campinas, 007. p. 151-163.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____. **O engenho de açúcar no Nordeste – documentário da vida rural**. Maceió: Edufal, 2006.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ERIKSEN, Thomas Hylland e NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. 2 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.

ERIKSEN, Thomas Hylland. **Ethnicity and Nationalism: Anthropolical perspective**. London and Sterlind, VA: Pluto Press, 2002.

EVANS-PRITCHARD, “O sistema político”, In: **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1985.

FREITAS, Décio. **Palmares: A guerra dos escravos**. Rio de Janeiro: 4ª Ed. Edições Graal, 1982.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

FERREIRA, Francisco Marcelo Gomes. **Serrote do Gado Brabo: Identidade, Territorialidade e Migrações em uma Comunidade Remanescente de Quilombo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2008.

FIALHO, Vânia. **Castainho: Notas sobre a Construção da Alteridade**. Tempo Presença, Rio de Janeiro, v. 20, n. 298, p. 24-26, 1998.

_____. **Monitoramento de Conceição das Crioulas (PE)**: Situando os conflitos no sertão pernambucano. Observatório Quilombola, 2005.

_____. Conceição das Crioulas. In: Eliane Cantarino O'Dwyer. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 109-140.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Massangana, 2012.

FOULCAUT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARCIA JR. Afrânio Raul. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

_____. **Obras e Vida: o antropólogo como autor**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Teorias do Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnodesenvolvimento indígenas no Nordeste (e leste) In: **Revista ANTHOPOLOGICAS**, ano 7, vol.14, nº 1 e 2, 2003. Recife: Editora da UFPE, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Regional e Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2011.

JORDÃO FILHO, Ângelo. **Povoamento, Hegemonia e Declínio de Goiana**. Recife: Pernambuco, 1978.

KRISCHKE, Paulo J. Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1998.

KUPER, Adam. **A reinvenção da sociedade primitiva**: transformações de um mito. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

L'ESTOILE, Benôit e SIGAUD, Lígia (orgs). **Ocupações de Terra e transformações sociais**: uma experiência etnográfica coletiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006)

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

_____. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos. (In) **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs) [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

LEITE, José. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Revista Horizontes Antropológicos**, ano. 12, n. 25. Porto Alegre. 2006.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade In: **Série Antropológica**, n. 322, Brasília: UNB, 2002.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MALINOWSKI, B. [1922]. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTA, Roberto da. "O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues". In: NUNES, E. (org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATOS, Patrícia Castro. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Tylor. São Paulo: Annablume, 2006.

MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In: **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. Org. FELDMAN-BIANCO, Bela. São Paulo: Global, 1987.

MEDEIROS, B. F. Quilombo, Comunidade, Grupo Étnico: usos e sentidos dos termos, hoje. In: Wilson Trajano Filho. (Org.). **Lugares, Pessoas e Grupos**: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. 1 ed. BRASÍLIA: Athalaia Gráfica e Editora, 2010, v. 1, p. 171-180.

_____. Negros, Índios e Mestiços: Identidades Cruzadas em Territórios Negros. In: Renato Monteiro Athias. (Org.). **Povos Indígenas de Pernambuco**: Identidade, Diversidade e Conflito. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, v. 1, p. 203-209.

MELO, Josemir Camilo. Quilombos do Catucá: uma herança dos Palmares no Pernambuco Oitocentistas. In: **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura, Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2004.

_____. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1996.

_____. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Revista Lua Nova. São Paulo, nº17, 1989.

MEYER, Doris Rinaldi. **A Terra de Santo e o mundo dos engenhos**: estudo de uma comunidade rural nordestina. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1979.

MONTAÑO, Carlos; DURRIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTEIRO, Anita. **Castainho**: Etnografia de um Bairro Rural de Negros. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985.

MONTERO, Paula, ARRUTI José Maurício e POMPA, Cristina (prelo). Para uma antropologia do político. In: **Horizonte da Política**-agendas de pesquisas e questões emergentes. São Paulo: UNESP, 2011.

MOURA, Clovis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os quilombos e as fronteiras da Antropologia Política** (UFF), v.19, p.91-11, 2005.

_____. (org.): **Quilombos: identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA / FGV, 2002.

_____. (org.). **Terra de Quilombos**. Rio Janeiro: ABA / Decania CFCH / UFRJ, 1995.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

_____. **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, voto e representação política.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida:** e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

POTIGUAR JÚNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. **Desvelando o invisível:** os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Para. Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi, v. 2. N.3, Belém, 2007.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs). **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. [1930]. “Organização Social das tribos Australianas”. In MELATTI, J.C. (org.). Radcliffe-Brown, Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, São Paulo, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RANCI, Costanzo. Relações difíceis. In: **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura, Petrópolis: Vozes, 2005.

RAMALHO, Welligton Noberto. Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca de Suape. Campinas, SP:[s.n], 2007.

SAHLINS, Marshall David. História e Cultura: apologia a Tucídides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 37.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA JÚNIOR, José Alfredo da. **Reconhecimento Étnico e Políticas Públicas de Desenvolvimento Agrário:** O Caso dos Agricultores Quilombolas da Comunidade do Timbó em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SILVA, Simone Rezende. **Negros da Mata Atlântica:** territórios quilombolas e conservação da natureza. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006.

SMITH, T. Lynn. **Organização Rural: problemas e soluções**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971.

STADTLER, H.; CARNEIRO, S. **Pescadoras: gênero e classe numa mesma articulação**. In Seminário Internacional Fazendo Gênero: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 - Gênero e Preconceitos, 1, ISBN: Português, Meio digital, 2006.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth. In: **Mana – estudos de Antropologia Social**, v. 10, No 1, p. 165 - 192, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, v. 1 e 2, 2009.

WOLF, Eric. **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf**, (org) Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro São Paulo, Campinas, Brasília: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, Editora da UnB, 2003.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não de Negoceia**. Anuário Antropológico 87. Brasília, 1990.